

Acção Socialista



N.º 1293 13 Novembro 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt



RESULTADOS

Rigor das finanças públicas, crescimento económico, qualificação dos portugueses e aprofundamento das políticas sociais foram os princípios orientadores que estiveram na origem dos “bons resultados” de dois anos e meio de governação socialista, afirmou no

passado domingo o líder do PS, José Sócrates, no plenário de militantes de Viseu, onde assegurou que, por isso, o país “está no bom caminho” e anunciou que a ligação Viseu-Coimbra é uma prioridade, no âmbito do plano rodoviário.

PÁGINAS CENTRAIS

Federação da Guarda

2



Fernando Cabral:
“Construir o futuro com as pessoas é a minha grande meta”

Entrevista

5



Ana Paula Vitorino:
“Autoridades Metropolitanas de Transportes reúnem consenso”

Federação do Porto

8

Nova geração de políticas municipais defendidas em seminário

PLENÁRIO DE MILITANTES
2005 PS 2007
UM GOVERNO COM RESULTADOS

Federação	Data/Hora	Local	Dirigente
SETÚBAL	16 NOV. 21.15H	Palmela. Bombeiros Voluntários de Palmela	Ana Paula Vitorino
AVEIRO	16 NOV. 21.00H	Aveiro. Hotel Império	Jorge Coelho
VIANA DO CASTELO	17 NOV. 16.00H	Ponte de Lima. Auditório da Assembleia Municipal	Augusto Santos Silva
LEIRIA	22 NOV. 21.00H	Marinha Grande. Auditório do Museu do Vidro	Ascenso Simões
BRAGA	23 NOV. 21.30H	Braga. Auditório da Associação de Futebol de Braga	Vieira da Silva
FRO	29 NOV. 21.00H	Lourinhã. Auditório da Assoc. Musical e Artística Lourinhanense	José Lello
ALGARVE	30 NOV. 21.00H	Faro. Auditório do IPJ	Vitalino Canas
GUARDA	30 NOV. 21.00H	Guarda. Paço da Cultura	Edite Estrela
PORTALEGRE	30 NOV. 21.00H	Portalegre. Escola Superior de Portalegre	Miranda Calha

COLÓQUIO
O papel das mulheres nas religiões

com
MÁRIO SOARES E
REPRESENTANTES DAS
DIFERENTES RELIGIÕES

HOTEL ALTIS – SALA EUROPA. LISBOA

27 de Novembro, 10.00h





“Construir o futuro com as pe

A acção do Governo em relação ao distrito é “positiva”, considera Fernando Cabral, que destaca o aumento de benefícios fiscais às empresas do interior e a resolução dos problemas dos hospitais do distrito. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da Federação da Guarda afirma que tem como meta “construir o futuro com as pessoas”, porque é a melhor forma de trabalhar para “esbater desigualdades, combater a exclusão e conseguir um tecido social mais humanizado e mais justo”.

Quais as linhas mestras em que tem assentado a sua acção à frente dos destinos da Federação?

Quando me candidatei, em 2006, à Federação da Guarda, a moção que apresentei intitulava-se “Saber Ser, Saber Fazer – Pela Guarda, Pelo Distrito, Pelo Futuro”. No fundo, o PS/Guarda quer contribuir para construir espaços de diálogo e de discussão que permitam fazer a síntese daqueles que queiram dar o seu contributo para a sociedade do século XXI: a sociedade das pessoas. A sociedade em que as pessoas não sejam apenas meros números, mas sim que sejam e se sintam o verdadeiro cerne da intervenção política e cívica.

Construir o futuro com as pessoas é a minha grande meta. Fazer política com as pessoas e pelas pessoas é trabalhar para esbater desigualdades, combater a exclusão e conseguir um tecido social mais humanizado e mais justo.

Mais do que preconizar estes valores, tenho vindo a pô-los em prática ao longo dos anos que levo como presidente da Federação.

Como tem decorrido a renovação dos órgãos dirigentes federativos?

Não defendo que a renovação se faça por constantes rupturas. No entanto, essa renovação, visível nos órgãos eleitos, tem acontecido de forma sistemática e constante na procura de encontrar novas sinergias e novos protagonistas.

Que iniciativas tem a Federação programadas a curto prazo?

Ao logo do mandato temos vindo a realizar, e continuaremos a fazê-lo, debates temáticos, internos e também virados para o exterior do partido. Desta forma conseguimos ser um partido atento à realidade social, aos problemas do distrito e aos anseios das pessoas.

Num futuro breve, a página da Federação na Internet estará disponível, constituindo um meio privilegiado de aproximação entre as estruturas federativas e os militantes e simpatizantes de todo o distrito.

Como são as relações com a JS, o departamento das mulheres socialistas, as concelhias?

O respeito pela autonomia das diferentes estruturas foi um princípio pelo qual sempre pautei

a minha intervenção. Assim, a minha relação com as estruturas é uma relação sóbria, de trabalho, de proximidade com o objectivo último de tornar o PS mais forte em cada um dos 14 concelhos e no distrito.

Como se tem processado a abertura do partido aos independentes, no âmbito do espírito das Novas Fronteiras?

O PS sempre soube ser um partido plural, um partido de discussão de ideias, um partido contra visões monocromáticas da sociedade.

É neste partido de não unanimismos que me revejo. Por isso existe da minha parte uma preocupação constante de chamar para as nossas iniciativas valores emergentes e que se tenham distinguido em diferentes áreas de actuação. Assim o PS ficará mais rico.

Quais são os principais problemas do distrito da Guarda?

Neste começo do século XXI fazemos nosso um objectivo fundamental: banir definitivamente da actualidade política a conotação negativa que tem vindo a ser dada ao temo Interior. Nos novos tempos este conceito não pode continuar actual. Não é mais possível continuarmos a assistir ao exacerbar das assimetrias que anos de macrocefalia política e económica trouxeram.

Para que este desiderato se torne possível é absolutamente imperioso ultrapassar aqueles que serão os três maiores problemas do distrito: a saúde, as acessibilidades e o emprego. Ultrapassadas as deficiências a este nível penso ser possível estagnar a sangria demográfica das últimas décadas.

Que comentário lhe merece a actuação do Governo no que respeita ao distrito da Guarda?

Positiva. Aliás, se olharmos para a agenda política deste Governo, concluiremos que dela faz parte uma acção política tendente a ultrapassar os problemas que anteriormente enunciei.

É o que se passa ao nível da saúde com a resolução dos problemas dos Hospitais da Guarda e de Seia. É ainda o que se pode concluir após o senhor primeiro-ministro ter anunciado, precisamente na Guarda, o aumento de benefícios fiscais às empresas que se localizam



“Pessoas é a minha grande meta”

“O PS sempre soube ser um partido plural, um partido de discussão de ideias, um partido contra visões monocromáticas da sociedade”

“Não é mais possível continuarmos a assistir ao exacerbar das assimetrias que anos de macrocefalia política e económica trouxeram”

“Este é um Governo corajoso, rigoroso, actuante e reformador”

“Continuo a acreditar que o distrito da Guarda é terra de futuro e que só com o contributo de todos saberemos fazer desse futuro um tempo novo: o tempo das oportunidades, o tempo da evolução, o tempo do progresso, o tempo das pessoas”



ou se queiram instalar no interior. É também o que se pode observar com as decisões relativas às acessibilidades a norte do distrito e da corda da serra da Estrela.

Que avaliação faz do trabalho desenvolvido pelos nossos autarcas no distrito?

Aquando da constituição das listas para as diferentes autarquias, foi preocupação constante que elas incluíssem os melhores. Esta actuação veio a revelar-se acertada se tivermos em conta a acção entretanto desenvolvida que se tem caracterizado, nos diversos concelhos e freguesias, pela defesa intransigente dos interesses das populações.

De que forma a Federação está a preparar com os nossos eleitos no poder local as eleições autárquicas de 2009?

Depois de em 2005 o PS ter visto reforçada a sua posição no

distrito, ao nível da freguesia e do concelho, é nosso objectivo para 2009 manter o poder autárquico entretanto conquistado e alargar o poder PS a mais autarquias.

Assim, existem contactos permanentes entre as estruturas concelhias, os eleitos e a Federação no sentido de atingir esse objectivo. Aliás, quero aqui salientar a importância fundamental do trabalho das estruturas concelhias na escolha daqueles que consideram ser os melhores para levar o PS à vitória nos respectivos concelhos.

O que espera do QREN-2007-2013, designadamente para uma região como a Guarda com os problemas decorrentes da sua interioridade?

Espero que se constitua como meio fundamental para ajudar à resolução dos problemas mais latentes do distrito já atrás enunciados.

Que balanço faz dos dois e meio anos do Governo do PS?

Parece-me que o Governo tem vindo a desempenhar um papel importante na modernização do país. Se atendermos ao facto de este Governo ter tomado os destinos de um país profundamente depauperado, com falta de confiança, com as contas públicas desequilibradas, então a acção deste Executivo é ainda mais meritória.

Este Governo é um Governo corajoso, rigoroso, actuante e reformador. Muitas das medidas levadas a cabo, eram por todos reconhecidas como necessárias, mas no passado com medo das consequências eleitorais, nunca foram postas em prática.

São muitas as reformas. No entanto, e neste particular momento, gostaria de realçar o papel determinante que o Governo PS teve no acordo para o futuro Tratado europeu que irá permitir que a Europa, resolvidas que estão

as questões institucionais, se vire para o fundamental: o crescimento económico do continente e o bem-estar das populações.

Que comentário lhe merece a actuação do primeiro-ministro?

O primeiro-ministro é o grande responsável pelo sucesso da actuação governativa. É ele o coordenador de uma equipa que tem granjeado, através da sua acção, o reconhecimento nacional e internacional.

Há alguma mensagem que gostasse de dirigir aos militantes da Federação?

Gostaria de dizer aos militantes da minha federação que continuo a acreditar que o distrito da Guarda é terra de Futuro e que só com o contributo de todos saberemos fazer desse futuro um tempo novo: o tempo das oportunidades, o tempo da evolução, o tempo do progresso, o tempo das pessoas.

O PS NO DISTRITO DA GUARDA

Presidente

Fernando dos Santos Cabral

Comissão Política Distrital

Eleitos

Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Abel Monteiro Grilo
 Amílcar José Nunes Salvador
 Amílcar Monteiro Pires
 António Alves Farinha
 António Augusto Félix
 António Carlos Camejo Martins
 António Hermínio Carvalho Monteirinho
 António João Barradas Moreira
 António Júlio Gomes Patrício
 António Manuel Lemos dos Santos
 António Sotero Moutinho Ferreira
 Armandino Martins Suzano
 Armando Manuel Pereira Monteiro dos Reis
 Carlos Alberto D`Almeida Saúde
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos Alberto Nunes Panta
 Cristiana Amélia Nunes Mendes
 Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho
 Fernando Monteiro Girão
 Fernando Simões da Fonseca Santos
 Hélder Jorge Batista de Almeida
 Hélder Manuel da Silva G. Oliveira
 João Jesus Borges Morais
 João Luís Batista
 João Pedro Almeida Borges Pires
 Joaquim António Néscio Marques
 Joaquim dos Santos Fernandes
 Joaquim Gomes Rodrigues
 Jorge Donas Botto Castro Lopes
 José António Monteiro Moutinho
 José António Rocha Nunes
 José António Vieira Frias
 José Augusto Vaz
 José Carlos da Conceição Coelho
 José Ferreira Fernandes
 José Manuel Correia Santos Mota
 José Manuel Peres Barros
 José Marques Dinis Assunção
 José Martins Igreja
 José Orlando Sousa Mano
 Laurindo Saraiva Monteiro
 Luís Carlos Fernandes Santos
 Luís Miguel Ginja da Fonseca
 Manuel Branquinho de Abreu
 Manuel Carlos Rebelo Pereira
 Manuel Gonçalves dos Santos
 Maria da Conceição Coelho dos Santos
 Maria Madalena Cunhal Vaz Saraiva
 Maria Matilde Afonso Cardoso

Mário Luís Moreira Murça
 Maximino Ambrósio
 Nuno André Neves de Figueiredo
 Olga Maria Pereira Marques
 Raul Amaral Osório da Silva
 Rita Cunha Mendes
 Rui Alberto Martins Silva
 Sérgio Santos Tomé Paredes
 Virgílio Edgar Garcia Bento
 Vítor Brito de Moura
 Vítor Miguel Beirão Alpendre

Inerentes

Orlindo Balcão Vicente
 Carlos Manuel Andrade Costa
 João Paulo Mendes Agra
 Joaquim Carlos Dias Valente
 José Santo Freire
 Emílio António Pessoa Mesquita

Comissão Fiscalização Económica

António Manuel Pina da Fonseca
 Carlos Filipe Camelo Miranda de Figueiredo
 Manuel Joaquim Rasteiro

Comissão Distrital Federativa de Jurisdição

José Amaral Veiga
 Paulo Jorge Cunha Mendes
 João Paulo Rodrigues Matias
 António José Clemente Almeida
 Maria José Rosa Marques da Costa

Presidentes das Comissões Políticas Concelhias

Delfina Maria Guedes Teixeira Pimentel
 Aguiar da Beira

Orlindo Balcão Vicente
 Almeida

José Albano Pereira Marques
 Celorico da Beira

Carlos Alberto Nunes Panta
 Fig. C. Rodrigo

António José Elvas da Rocha
 Fornos Algodres

Armando Manuel dos Santos Almeida
 Gouveia

António Manuel Marques Saraiva
 Guarda

Delfina da Graça Matos Guedes
 Monteiro
 Manteigas

Cláudio Jorge Heitor Rebelo
 Meda

Carlos Alberto dos Santos Ribeiro
 Pinhel

Manuel Reis Esteves Barros
 Sabugal

Eduardo Mendes de Brito
 Seia

Amílcar José Nunes Salvador
 Trancoso

Vítor Daniel Carvalho Magalhães
 Vila Nova de Foz Côa

Secretariado

Armando Manuel Pereira Monteiro dos Reis
 Cristiana Amélia Nunes Mendes
 Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho
 José António Vieira Frias
 José Manuel Peres Barros
 Rita Cunha Mendes
 Sérgio Santos Tomé Paredes

Deputados na Assembleia da República

Fernando dos Santos Cabral
 Rita Manuela Falcão Mascarenhas
 Santos Miguel

Presidentes de Câmara e Assembleias Municipais

Celorico da Beira

José Francisco Gomes Monteiro
 Presidente Câmara
 Maria Margarida Cabral Moura
 Presidente Ass. Municipal

Guarda

Joaquim Carlos Dias Valente
 Presidente Câmara
 João Agostinho de Almeida Santos
 Presidente Ass. Municipal

Seia

Eduardo Mendes de Brito
 Presidente Câmara
 Joaquim Pina Moura
 Presidente Ass. Municipal

Vila Nova de Foz Côa

Emílio António Pessoa Mesquita
 Presidente Câmara
 Rui Nascimento Rabaça Vieira
 Presidente Ass. Municipal

Juventude Socialista

Presidente

Nuno Filipe Lopes da Silva

Membros da Comissão Política Distrital do PS

Luís Filipe Rodrigues dos Reis
 Rui Manuel Monteiro Nunes
 Ruben Lopes Figueiredo
 António José Batista Fantasia
 António Carlos Nascimento Marques
 Pedro Emanuel Rebelo Pinto
 Nuno José Pereira Abrantes

Departamento de Mulheres Socialistas

Presidente

Olga Maria Pereira Marques

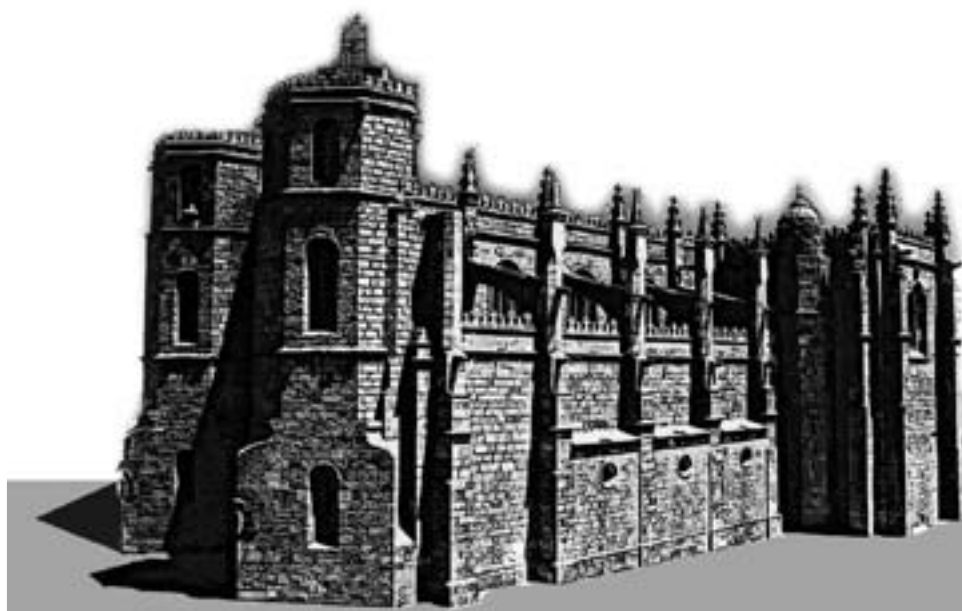
Conselho Consultivo

Maria José Rosa Marques Costa
 Sandra Maria Nora Nunes Galguinto
 Maria Conceição Coelho dos Santos
 Maria da Cruz Correia Rodrigues
 Maria Silvina Lopes Martins Monteiro
 Maria Gabriela Antunes Almeida
 Matilde de Figueiredo Nunes Fernandes
 Delfina Graça Matos Monteiro
 Maria Madalena Gonçalves Fernandes
 Anabela Patricio Bento
 Teresa Cristina Lourenço G. Santos
 Joana Catarina Garrido Ferreira
 Regina Maria Reis S.R. Oliveira
 Maria José Simões Saraiva
 Cristina Fernanda da Costa F. Nunes
 Sónia Catarina Alves Paula
 Marta Sofia Gomes Isidoro
 Samáina de Jesus Fernandes Marques
 Maria Lúcia Soares A.R. Nunes
 Natália Osório dos Santos
 Sara Maria Antunes dos Santos
 Carla Manuela Ramiro Duarte Cruz
 Zita Lurdes Hilário Ribeiro
 Vera Patricia Pinto Correia

Secretariado

Olga Maria Pereira Marques
 Presidente

Maria José Rosa Marques Costa
 Sandra Maria Nora Nunes Galguinto
 Maria Conceição Coelho dos Santos
 Regina Maria Reis S.R. Oliveira



Autoridades Metropolitanas de Transportes reúnem amplo consenso

ANA PAULA VITORINO AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

O novo modelo de Autoridades Metropolitanas de Transportes (AMT) de Lisboa e Porto, que visa concertar as várias políticas de transporte público nas áreas metropolitanas desta duas cidades, apresentado pelo Governo, recolhe um amplo consenso no que se refere às principais linhas de enquadramento.

Em entrevista ao "Acção Socialista", a secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, defende que a coordenação das políticas públicas deste sector deve ser assegurada por uma entidade com dignidade institucional, razão pela qual o Governo defende que "não deve ter uma natureza empresarial, mas antes um carácter público institucional resultante da associação de competências entre as administrações central e local".

Como se encontra o processo de criação das Autoridades Metropolitanas de Transportes?

O Governo e as Juntas Metropolitanas de Lisboa e do Porto encontram-se numa fase muito adiantada de discussão da proposta apresentada pelo Governo, havendo já um amplo consenso no que se refere às principais linhas de enquadramento do novo modelo de Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto.

Que papel está reservado para as Autoridades Metropolitanas de Transportes?

As AMT são essencialmente organismos que visam concertar as várias políticas públicas com influência na mobilidade das pessoas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, políticas essas cujas competências se encontram actualmente dispersas entre a administração central e a administração local.

A coordenação de políticas públicas deve ser assegurada por uma entidade com dignidade institucional compatível com a assunção de responsabilidades que decorrem da descentralização de competências da administração central e da delegação de competências da administração local, daí que as AMT não devam ter uma natureza empresarial, conforme estava previsto no passado pelo Governo PSD/CDS, mas uma natureza pública institucional, resultante da associação de competências entre administração central e local.

Estamos a elevar à escala metropolitana o tratamento das questões de mobilidade urbana, assumindo claramente que deve haver um nível de decisão mais próximo do território e suficientemente transversal às realidades de cada município.

Que competências para as AMT?

As políticas de estacionamento e de gestão da via pública têm uma fortíssima influência no modo de transporte escolhido pelas pessoas nas suas deslocações urbanas. Daí que, para que as AMT tenham

uma efectiva influência nas políticas de mobilidade metropolitana têm necessariamente que ter capacidade de intervir ao nível das grandes decisões de políticas de estacionamento e de gestão da via pública que tenham impacte metropolitano. Por isso mesmo, na proposta que apresentámos está prevista a delegação de competências de estacionamento e gestão da via pública com impacte metropolitano nas AMT, estando igualmente prevista a necessidade da AMT ter de dar parecer, ainda que não vinculativo, sobre a instalação de grandes empreendimentos geradores de tráfego.

Mas o grosso das competências das AMT resulta da transferência que é efectuada da administração central para estas novas entidades, ao nível do planeamento, organização, operação, financiamento, fiscalização, divulgação e desenvolvimento do transporte público.

E estão assegurados os meios de financiamento para garantia de cumprimento das atribuições que estarão cometidas às AMT?

Essa preocupação está subjacente a toda a proposta do Governo. Temos sido muito claros quanto à garantia de, no quadro do modelo de financiamento, o Governo continuar a assumir o mesmo nível de participações que já hoje depende para cumprimento das competências que são transferidas para as AMT.

Aquilo que a proposta prevê é o princípio de uma maior eficiência na gestão do sistema de transportes e de uma maior diversificação das fontes de financiamento que se traduzam, a prazo, na diminuição dos encargos da administração central e na consequente alteração do sistema de maiorias nos órgãos de decisão das AMT.

Quer detalhar um pouco mais o modelo de financiamento das AMT?

Aquilo que a proposta prevê é a comparticipação do Estado e dos Municípios assente na celebração de contratos-programa. Estes contratos-programa estão associados



à execução do Programa Operacional de Transportes (POT) da AMT. O POT é um programa concreto, que decorre do Plano de Deslocações Urbanas, em que se define as acções e investimentos necessários na área metropolitana ao nível do sistema de transportes, calendarizando num horizonte temporal a sua execução. Está assim assegurado que tanto o Estado como os Municípios se comprometem antecipadamente com a execução de acções definidas pelas AMT, garantindo que cada parte sabe quanto e o que paga.

Repito que o Estado continuará a garantir o grosso do financiamento do sistema de transportes e que os Municípios participam com base em critérios de geração e atracção de tráfego, garantindo-se uma repartição de encargos justa e equitativa.

Em que consiste o Plano de Deslocações Urbanas (PDU)?

O PDU é o plano sectorial para a mobilidade e transportes e que promove a integração de políticas de ordenamento do território e de mobilidade. É ao nível do PDU que são definidos os grandes princípios que devem estar inerentes às deslocações nas áreas metropolitanas, a localização das principais interfaces e infra-estruturas de transportes e a organização de redes e serviços

de transportes, tendo em conta o ordenamento do território.

O PDU será elaborado pelas AMT, cuja proposta é submetida a consulta pública antes da aprovação pelo Governo do plano, nos termos que actualmente estão previstos na lei para aprovação de planos sectoriais.

O POT detalhará os custos e calendarizará as acções necessárias à concretização do PDU, cujo conteúdo é vinculativo para todas as entidades públicas e privadas.

Trata-se pois de uma verdadeira revolução ao nível do planeamento do sistema de mobilidade e transportes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, criando as condições para termos um sistema mais racional e eficiente.

Serão as Autoridades Metropolitanas de Transportes a assegurar a contratação do serviço público de transportes?

Como sempre assumimos a contratação do serviço público de transportes deve ser gradual e progressiva. Neste sentido, as AMT terão a competência, desde já, para a contratação do serviço público com os transportadores rodoviários privados, transferindo o Estado o financiamento equivalente aos encargos que já hoje tem com a fixação destas obrigações de serviço público. É expectável que

a evolução do modelo conduza a que sejam as AMT a gerir, em nome do Estado, a generalidade dos contratos de serviço público de transportes nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Este modelo de Autoridades Metropolitanas de Transportes é um modelo fechado?

As AMT são uma forma inovadora de organização de poderes e políticas públicas, tendo à sua frente desafios da maior importância. Não há modelos perfeitos, mas uma coisa temos a certeza: o modelo encontrado resulta de um estudo aprofundado de todas as realidades existentes na Europa e de uma ampla discussão com os municípios. Por termos a consciência que as AMT são uma realidade nova no contexto da organização administrativa do nosso País, propusemos que em 2010, ano da liberalização do transporte ferroviário de passageiros, seja produzido um relatório de avaliação do modelo, já com base na experiência concreta, de forma a melhorar e aprofundar o que se mostre necessário. Penso, por isso, que estamos no bom caminho para concretizarmos as AMT, numa lógica de melhoria da articulação entre os modos de transporte e de um melhor serviço prestado aos cidadãos.

Aberto caminho para nova geração de

OE 2008

Introdução da vacina contra o cancro do colo do útero, novas medidas na área da medicina dentária, dirigidas a crianças, grávidas e idosos e apoio à procriação medicamente assistida, para além de um novo olhar sobre a requalificação urbana, um por cento do PIB destinado a Ciência e Tecnologia, algo que acontece pela primeira vez em Portugal, mais investimento na qualificação profissional, novas políticas de apoio às famílias e à natalidade, são algumas de medidas que José Sócrates anunciou no Parlamento na apresentação do Orçamento de Estado (OE) para 2008.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

PARA o primeiro-ministro, este conjunto de iniciativas só agora são possíveis de concretizar graças ao rumo que o Governo imprimiu no combate ao défice das contas públicas e na defesa da sustentabilidade e consolidação da economia, cenário que é avaliado “por todos os organismos nacionais e internacionais”.

São várias as novidades que este OE introduz abrangendo sectores tão diversos da vida do país, com destaque, sobretudo, para o reforço das políticas nas áreas sociais.

Como é o caso, por exemplo, dos novos apoios à natalidade e às famílias, nomeadamente através de novos investimentos em creches, nas políticas dirigidas a aumentar o poder de compra dos pensionistas com pensões inferiores a 600 euros, na implantação do complemento solidário para idosos, que em 2008 abrangerá os maiores de 65 anos ou na introdução no Serviço Nacional de Saúde (SNS) do programa de saúde oral, dirigido às crianças entre os seis e os 12 anos de idade, iniciativa que se estende também às grávidas e aos idosos beneficiários do complemento solidário.

Igualmente ao nível da saúde, o primeiro-ministro anunciou também que o SNS prevê que no fim de Novembro e “perante o parecer da Comissão Técnica de Vacinação”, passe a ser comparticipada pelo Estado a vacina contra o cancro do colo do útero assim como haverá lugar a novos apoios à procriação medicamente assistida.

Para José Sócrates, a proposta do Orçamento de Estado para 2008 organiza-se, como sublinhou, numa dupla convicção: a de que este Orçamento constitui um passo em frente “na linha coerente que o Governo estabeleceu no combate ao défice das contas públicas”, e no estímulo ao crescimento da economia.

Um OE, sublinhou ainda José Sócrates, que desafia o país para a melhoria das qualificações dos trabalhadores e que lança uma nova geração de políticas sociais.

Este OE/2008, disse, “baseia-se em resultados obtidos” e na “segurança que os números apresentam”, e não, como referiu, para os procurar esconder ou disfarçar, prática, lembrou, “a que o anterior Governo recorreu”.

Portugal, recordou, saiu este ano da situação de défice excessivo “não porque tenha feito uso de truques com receitas extraordinárias” mas, pelo contrário, porque reduziu de facto a despesa “muito embora tivéssemos de pagar agora os encargos decorrentes da insensatez das receitas extraordinárias do passado”.

O Governo, num período de dois anos e meio, referiu ainda o primeiro-ministro, reduziu o défice das contas públicas para menos de metade, tendo passado de um défice de 6,1 quando tomou posse, para os actuais 3 por cento, uma redução “feita sobretudo pelo lado da despesa”.

Tendo por base este cenário positivo, garantiu o primeiro-ministro, o país começou já este ano a reduzir a sua dívida pública, algo, como lembrou, que acontece “pela primeira vez nos últimos seis anos”.

Que não haja dúvidas, disse, a consolidação das contas públicas representa uma realidade credível, séria e sustentável, não havendo mais lugar à titularização das dívidas fiscais ou à manipulação de fundos de pensões, tudo operações, lembrou, “de má memória e que pertencem ao passado, um passado a que o país não quer regressar”.

As reformas que tardavam

Para que o OE/2008 possa agora apontar para a execução de um conjunto vasto de medidas e de iniciativas visando a modernização do país e o bem-estar da população, foi entretanto necessário, como acentuou o primeiro-ministro, que o “Governo tivesse tido a coragem de empreender um conjunto de reformas estruturais”.

Com efeito, defendeu, na base destes resultados “estão as reformas que o Executivo foi capaz de levar em frente”. Em dois anos e meio, lembrou, o Parlamento aprovou, “sob proposta do Governo”, a convergência dos regimes da Função Pública e da Segurança Social, o fim dos regimes especiais, a reforma da Segurança Social, as reformas das Finanças Regionais e Locais, a reforma da Administração Pública, da Justiça e do Ensino Superior.

Sócrates recordou que em 2004 foram impostos aos portugueses enormes sacrifícios, “que não produziram quaisquer resultados”, mesmo com o Governo da altura a recorrer ao expediente das receitas extraordinárias.



O país não conseguia sair da situação de défice excessivo, onde o enorme descontrolo das suas receitas com o défice bem acima dos 5 por cento e a dívida pública a subir, constituíram a imagem de marca do anterior Governo.

Ao invés do que sucedia antes, “a consolidação das contas públicas tem sido feita a um ritmo superior ao previsto no próprio Programa de Estabilidade e Crescimento”, e tanto assim é que “anteciparemos num ano a saída da situação de défice excessivo”.

Quem não percebe a importância deste facto, disse, para a credibilidade internacional do país, para o “rating” da República, para a confiança da economia e para a atracção de investimento, mais não faz do que “pôr a nu o seu próprio e enorme défice de responsabilidade política, de sentido de Estado e de compreensão da realidade”.

Portugal, para o primeiro-ministro, deixou de ser em muitos capítulos um país de alto risco e em áreas tão importantes para a vida colectiva com o da Segurança Social pública.

Com efeito, como recordou, graças à reforma que o Governo lançou, as “pensões do presente e do futuro estão mais garantidas”, ajudando assim, como frisou, “a aumentar a coesão social e a credibilidade do sistema”.

Fazer crescer a economia

Contrariando todos aqueles que vêm no combate ao défice das contas públicas uma obsessão, Sócrates lembrou a este propósito que a prioridade do seu Governo não se concentra apenas na resolução da crise orçamental, “uma batalha que estamos aliás a vencer”, mas que se estende também à necessidade de um sustentado crescimento da economia.

E os resultados estão à vista: Portugal cresceu 0,5 em 2005, 1,3 em 2006 e este ano “já crescemos 1,8 no primeiro semestre”. Isto significa, disse, “uma progressão continuada e sustentada de aumento do ritmo de crescimento da economia”, o que prova que ao mesmo tempo que o país está a pôr as suas

contas públicas em ordem, “estamos também a progredir no ritmo e na qualidade do crescimento económico”.

Mas para que a economia cresça de forma apoiada é preciso também olhar para o lado do emprego.

As respostas que contam para este sector, defendeu José Sócrates, são duas: fazer crescer a economia e aumentar as qualificações profissionais e académicas dos portugueses, porque são elas, defendeu, que “geram emprego sustentado e que permitem às pessoas terem mais capacidade para encontrarem trabalho”.

Na perspectiva do Governo, trata-se de um OE que estimula a economia, desde logo pelo aumento do investimento público que subirá 6,3 por cento, e depois, “pelo projectado crescimento do PIB para 2,2 por cento em 2008”, prosseguindo assim a trajectória de crescimento sustentado da economia e “criando condições para a redução da taxa de desemprego”.

A aposta na Ciência e nas novas tecnologias de informação constitui desde cedo um dos sectores prioritários para o Governo enquanto componente essencial do Plano Tecnológico.

Pela importância que assume e pelo carácter determinante que desempenha no progresso e desenvolvimento do país, a área da Ciência e da Tecnologia, receberá com este OE para 2008, 1 por cento do PIB, cumprindo assim Portugal “uma das metas mais importantes da estratégia europeia para o conhecimento e inovação”.

Políticas sociais

Mas é sobretudo nas políticas sociais que podemos encontrar mais novidades neste Orçamento de Estado. Desde logo, porque ratifica o aparecimento de modernos instrumentos de natureza fiscal, dirigidos às políticas de apoio à natalidade e às famílias, nomeadamente com a criação de ajudas para novas creches, alargando os benefícios fiscais em sede de IRC às empresas que invistam nestes equipamentos para os filhos dos seus trabalhadores.

Pela primeira vez, o SNS passará a integrar o Programa Nacional de Saúde

Oral, abrangendo todas as crianças dos seis aos 12 anos de idade, grávidas e idosos beneficiários do Complemento Solidário, novos apoios para a aquisição da vacina contra o cancro do colo do útero e ainda um conjunto de apoios à procriação medicamente assistida.

Em relação à vacinação do cancro do colo do útero, o programa, que irá avançar já em 2008, deverá abranger numa primeira fase, segundo o Ministério da Saúde, cerca de 50 mil jovens entre os 12 e os 16 anos de idade, a que se seguirão os outros grupos etários, prevendo o SNS gastar com esta iniciativa entre 28 a 30 milhões de euros.

Quanto aos cuidados dentários, o objectivo é alcançar o universo de 137 mil novos utentes entre crianças, idosos e grávidas, sendo que até agora só cerca de 50 por cento das crianças em idade escolar estavam contempladas por esta iniciativa.

A novidade absoluta diz respeito ao alargamento desta acção às grávidas e aos idosos, uma vez que os cuidados dentários pagos pelo Estado a estes dois grupos eram até aqui inexistentes.

Serão 65 mil grávidas, de entre as cerca de 106 mil que utilizam os Centros de Saúde e 58 mil idosos integrados no Complemento Social, que passarão a usufruir de cuidados de saúde oral, algo que sucede pela primeira vez em Portugal.

Finalmente, e constituindo também uma novidade, o OE contempla apoios à procriação medicamente assistida, passando o SNS a assegurar, pela primeira vez, o financiamento a 100 por cento da primeira linha de tratamento (inseminação intra-uterina e estimulação ovárica) e do primeiro tratamento de segunda linha (fecundação in vitro e injeção intracitoplasmática).

Os medicamentos continuam a ser comparticipados a 37 por cento, sendo que o Governo pretende passar dos actuais 2500 tratamentos para 6260.

Foi o povo que decidiu

O líder da bancada parlamentar do Partido Socialista, Alberto Martins, no período de perguntas, lembrou as pa-

políticas sociais

“Este é um Orçamento de Estado com preocupações nas políticas sociais, sem esquecer o estímulo ao crescimento económico”.

“Na base deste bons resultados estão as reformas que este Governo teve a coragem de fazer”

JOSÉ SÓCRATES

lavras de Sócrates, quando momentos antes o primeiro-ministro tinha recordado que “foi o povo que decidiu nas urnas a queda do Governo de Santana Lopes”, numa resposta directa do líder da bancada laranja

Depois de evocar o discurso do actual presidente do PSD, no Congresso de Pombal, onde Filipe Menezes, a propósito do Executivo chefiado pelo agora líder parlamentar social-democrata, afirmou que “era evidente que o país caminhava inexoravelmente para o fim de um ciclo político”, defendendo então que a queda do Governo se justificava “por causa de três anos de uma orientação estratégica errada”, Alberto Martins defendeu que os políticos vivem “naturalmente dependentes de ideias tanto como os pensadores profissionais”. Mas na vida política, continuou, “as ideias falsas podem arruinar a vida de milhões de pessoas e as ideias inúteis podem gastar recursos preciosos”.

Para o líder parlamentar socialista, o Orçamento de Estado para 2008 “que nós apoiamos com gosto”, é um OE que encerra duas ideias essenciais: rigor, desenvolvimento sustentado e que aposta na qualificação dos portugueses. Trata-se também, de um OE, como disse, com uma “visão estratégica estruturante e que apresenta já resultados”.

O período da política das palavras ou das promessas fáceis, “já lá vai”, disse Alberto Martins, porque com este OE, “estamos a prestar contas e a percorrer um caminho”. O da “especialização, sustentabilidade social e do crescimento”.

Candal referiu que os sacrifícios começaram a dar fruto

Na leitura de Afonso Candal aquilo que se prevê no Orçamento para 2008 “é o crescimento da riqueza produzida no país, o aumento do nível das exportações e do investimento privado e uma diminuição do défice e da dívida pública”, algo que já não se via, como acentuou, “há mais de oito anos”.

Mas para se poder ter atingido estes

objectivos, defendeu ainda o deputado do Partido Socialista, foi necessário “exigir aos portugueses e também ao Governo”, muitos sacrifícios, sem contudo deixar de abdicar de um trabalho sério e desenvolvido “num ambiente de verdade, de credibilidade e de rigor”.

Deixámos para trás os orçamentos rectificativos, “prática comum no passado recente”, e o que agora se apresenta, sustenta-se “em dados sérios e verdadeiros”, sem recurso a receitas extraordinárias para compor o défice das contas públicas.

Apesar do muito trabalho que ainda há para fazer, “o crescimento económico é hoje uma realidade”, impulsionado sobretudo, como acentuou, pelas exportações e por um conjunto de respostas sérias que se foram desenvolvendo ao nível de uma mais adequada qualificação dos portugueses.

Nem o Governo nem a maioria que o apoia, disse ainda Afonso Candal, esquecem “os sacrifícios que se estão a pedir à população”, mas os resultados económicos “começam a dar frutos” com a economia a crescer, o nível das exportações a aumentar e uma cada vez maior justiça fiscal.

Vera Jardim diz que este é um OE de continuação

“Este Orçamento de Estado é a continuação dum caminho. Não é o fim do caminho”.

Para o deputado socialista Vera Jardim, a quem coube encerrar o debate pela bancada do GP/PS, apesar do muito e do bom trabalho já feito “ainda resta muito por fazer” e disso, garantiu, “esta maioria e o partido que a sustenta tem plena consciência”.

São muitos os sacrifícios que nos esperam, “para que o país possa atingir e compreender para onde vamos”.

Queremos um país diferente, com mais crescimento, mais autoconfiança, mais justiça social com a defesa “intransigente do Estado Social”.

E os resultados, como defendeu o deputado socialista, “estão a começar a surgir”, apesar do país ainda se deparar com algumas desigualdades “que começam todavia a ser corrigidas por este Governo, desde logo com a aprovação deste OE”.

Trata-se, de facto, de um OE que dá um passo importante “para a equidade e igualdade de oportunidades”, quer na política fiscal na educação e formação, quer no acesso no incentivo ao investimento, na política de recuperação do parque urbano, na política da família ou no reforço da segurança.

O Governo e a maioria que o apoia olham para o caminho a percorrer, disse ainda o deputado do PS, de forma “serena mas resoluta”.

Porque não existe contradição, na sua opinião, entre rigor e um futuro melhor, nem tão pouco o que é urgente justifica o sacrifício do essencial, por que “para nós o essencial é um Estado social moderno, com uma economia a crescer apoiada numa sociedade do conhecimento, da ciência e da qualificação”.

Este Orçamento de Estado, referiu ainda Vera Jardim, “é um compromisso que convictamente apoiamos” porque “queremos um país que os portugueses merecem”.

Governo prossegue política de rigor e de reformas ambiciosas

OE 2008

O Orçamento do Estado (OE) para 2008 prossegue a política de “rigor” e agenda “ambiciosa” de reformas estruturais, considerou o ministro de Estado e das Finanças, realçando o facto de Portugal estar em condições de sair da situação de défice excessivo um ano antes do previsto. Uma consolidação “credível” feita “sem truques”, mas que “não esquece a economia, a justiça e a solidariedade”, acrescentou.

J. C. CASTELO BRANCO



FALANDO na apresentação na generalidade do OE para 2008, na Assembleia da República, Teixeira dos Santos afirmou que o défice vai descer para 2,4 por cento, “o seu nível mais baixo dos últimos 30 anos”, o défice estrutural reduzir-se-á em 0,5 pontos percentuais do PIB, de acordo com as recomendações europeias, e a despesa pública vai reduzir o seu peso no PIB “pelo terceiro ano consecutivo”.

Refutando a ideia que a consolidação desacelerou, questionou-se sobre tal afirmação, lembrando, a propósito, que Portugal sairá do procedimento dos défices excessivos um ano antes do previsto, o défice em 2008 será de 2,4 por cento e não de 2,6 por cento conforme a previsão inicial, a despesa e a despesa primária descem o seu peso na economia mais do que inicialmente previsto e a dívida pública inverteu a sua trajectória ascendente um ano antes do esperado”.

Por outro lado, o ministro das Finanças referiu que o Governo prosseguirá com a reforma já em curso da Administração Pública, continuará a aprofundar o investimento, em especial na Ciência e na Tecnologia, no apoio à qualificação dos portugueses e na modernização do parque escolar do nosso país, bem como continuará com as reformas no âmbito da formação profissional e das políticas activas de emprego.

Teixeira dos Santos adiantou ainda que serão levadas a cabo iniciativas de “promoção do desenvolvimento das PME e da sua actividade”, através da redução da taxa de IRC nos concelhos do interior ou o tratamento

fiscal da remuneração convencional do capital social.

E chamou igualmente a atenção para as medidas de alívio fiscal no domínio da requalificação urbana, ou no “aprofundamento dos programas de simplificação administrativa”, na criação de um ambiente de negócios mais favorável ao reforço da competitividade, a que se juntam agora medidas coerentes e articuladas no sentido de se reduzir os prazos de pagamento a fornecedores por parte das entidades públicas.

No Orçamento de Estado, continuou, “prosseguiremos o apoio às famílias, idosos e jovens, e às camadas sociais mais desfavorecidas e fragilizadas face ao flagelo da pobreza e da exclusão”, bem como serão reforçadas igualmente “as políticas de natalidade como garantia da renovação geracional e de combate ao envelhecimento da população”.

Por isso, concluiu, a proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2008 está, com efeito, “âncorada numa estratégia de consolidação orçamental, mas inspirada num objectivo primeiro: o de impulsionar o crescimento económico, a criação de emprego e de riqueza para os portugueses”.

Caminho sério e seguro rumo à solidez financeira

Segundo Teixeira dos Santos, a importância deste Orçamento do Estado, surgindo a meio da legislatura, “é a de reafirmar a firmeza da orientação reformista que tem sido prosseguida”, sendo que os princípios que norteiam este Orçamento “contrariam o discurso laxista que parece

estar de volta com os senhores do passado que presentemente lideram as bancadas da direita e que já deram provas de pouco se preocuparem com o futuro dos portugueses”.

De facto, face aos “bons resultados orçamentais”, o ministro das Finanças denunciou que se tem “intensificado um discurso que repete com insistência uma falsidade ao negar o progresso assinalável na redução da despesa e ao insistir no mote do aumento da carga fiscal”, explicando que “hoje em dia, a evolução francamente positiva de receita fiscal não tem nada a ver com aumentos de impostos, mas sim com o crescimento nominal do PIB e com a melhoria da eficiência da Administração Fiscal na detecção de infracções e de incumprimentos, na recuperação de dívidas fiscais e no combate à fraude e evasão”.

Referindo que sempre defenderá “afincadamente os direitos de todos os contribuintes”, Teixeira dos Santos reiterou, no entanto, que não aceitará “o laxismo que reinou no passado, em que a fraude, a evasão e o incumprimento eram tolerados, criando com complacência uma situação de injustiça gritante em desfavor dos cumpridores”.

E acrescentou que “basta de hipocrisias neste domínio. Não se apregoe de manhã a importância do combate à fraude e à evasão fiscal e, à tarde, frente às câmaras de televisão apele-se demagogicamente ao instinto de cada contribuinte que, claro, gostará sempre de poder pagar menos impostos”.

Para Teixeira dos Santos, “as bancadas da direita ao se apresentarem tão críticas e contrárias ao esforço desenvolvido no combate à fraude e à evasão fiscal revelam uma enorme insensibilidade à importância da consolidação orçamental e daí a irresponsabilidade das suas insistentes propostas de redução imediata dos impostos”.

Mostram, assim, “pouco respeito pelo esforço feito pelos portugueses nestes dois anos”, querendo “desbaratar já os resultados atingidos” movidos uma “razão eleitoralista”. Perante este cenário, o ministro das Finanças afirmou que cabe, porém, aos portugueses “ajuizarem e decidirem se preferem a via do facilitismo e da ilusão ou o caminho sério e seguro da solidez financeira do país e das suas políticas sociais no futuro ao serviço de um crescimento cada vez mais forte e mais robusto”.

TEIXEIRA DOS SANTOS RECUSA VELEIDADE DE DESCER IMPOSTOS

O GOVERNO não poderá “entrar em veleidades” e descer os impostos “fora de tempo”, afirmou o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, no segundo dia do debate na generalidade da proposta de OE para 2008, em resposta ao desafio do PCP para reduzir a taxa do IVA em um ponto percentual já no próximo ano, sustentando que essa redução só poderá ser feita quando o défice estiver num “valor próximo do equilíbrio”.

“Os três por cento de défice é um resultado assinalável, mas não é o fim da consolidação”, salientou Teixeira

dos Santos, recordando que o compromisso do Governo é que o défice atinja os 0,4 por cento em 2010.

Assim, continuou Teixeira dos Santos, só quando o défice estiver num “valor próximo do equilíbrio” se poderá avançar para a redução da carga fiscal.

“Até lá não podemos entrar em veleidades”, salientou o ministro das Finanças, rejeitando a descida de impostos “fora de tempo”, que “seria irresponsável e iria pôr em causa” o esforço dos portugueses e “deitar tudo a perder”.

Socialistas defendem nova geração de políticas municipais

SEMINÁRIO AUTÁRQUICO DA FEDERAÇÃO DO PORTO

A necessidade urgente do PS adoptar políticas autárquicas que o diferencie dos restantes partidos foi defendida pelo secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita, num seminário promovido conjuntamente pelo Gabinete Autárquico da Federação do Porto e Concelhia de Gondomar, que constitui um momento de reflexão sobre os desafios que se colocam ao poder local democrático.

NA SUA intervenção, Eduardo Cabrita sustentou que deve ser dignificada a função autárquica como forma de reforçar a credibilidade daqueles que exercem funções públicas, condição fundamental ao processo de descentralização, sobretudo tendo em conta a necessidade de as autarquias se continuarem a afirmar como verdadeiras “escolas” de quadros políticos.

No que diz respeito à reforma da Lei Eleitoral autárquica, considerou que a proposta apresentada pelo PS deve ser sensível a uma reflexão mais aprofundada sobre temas como o reforço do poder de fiscalização das oposições e das Assembleias Municipais, bem



como do papel dos presidentes de Junta, na medida em que estes podem contribuir para a alteração do equilíbrio das forças políticas nas Assembleias Municipais.

Fazendo um balanço da implementação da Lei das Finanças Locais, destacou a redução em 450 milhões do défice das autarquias e o facto de somente 22 autarquias terem aumentado o seu endividamento – 17 delas geridas pelo PSD. Um facto que mostra, segundo frisou Eduardo Cabrita, “o erro de avaliação, com claros intuítos políticos”, do presidente da ANMP e do PSD aquando da

aprovação da lei.

Perspectivando o ano de 2008, afirmou que as transferências para os municípios serão superiores a 4,7 por cento, com destaque para o distrito do Porto onde todas as autarquias receberão mais 5 por cento. Quanto às freguesias, referiu que o aumento será de 23 por cento, com adopção do princípio da discriminação positiva das freguesias rurais.

Antes de Eduardo Cabrita interveio Castro Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso e coordenador do Gabinete Autárquico distrital, que apelou a

um rápido acordo quanto às matérias em discussão entre Governo e ANMP sobre descentralização de competências para as autarquias. E defendeu ainda a necessidade de uma reflexão por parte da Assembleia da República tendo em vista a reforma do método de eleição dos órgãos autárquicos. Castro Fernandes sustentou ainda que o PS deve fazer uma aposta clara na credibilização política dos autarcas.

A sessão de encerramento contou com a participação secretário nacional do PS para as Autarquias, camarada Miranda Calha,

que elogiou a Federação do Porto e a Concelhia de Gondomar pela iniciativa e reforçou o apelo do presidente da Federação, Renato Sampaio, no sentido de as concelhias do distrito promoverem a realização de convenções.

Na sua intervenção, Renato Sampaio reafirmou a vontade da Federação do PS/Porto em trabalhar com os dirigentes concelhios na formatação e consolidação de uma nova geração de políticas autárquicas para o distrito, dando prioridade à proximidade aos cidadãos e às questões sociais e educativas. Apelou ainda à clarificação legal do sistema de relacionamento entre câmaras e freguesias, nomeadamente no que se refere à necessidade de uma maior transparência no financiamento das freguesias e das suas competências, pon-do fim à discriminação que os municípios liderados pelo PSD têm praticado relativamente às freguesias socialistas e de que é exemplo a atitude da Câmara de Gaia e do seu presidente Luís Filipe Menezes.

Tendo em conta o actual quadro de financiamento dos municípios, defendeu que os autarcas PS definam princípios de solidariedade no que se refere aos critérios subjacentes à aprovação das cargas fiscais, como impostos e taxas municipais. E deu como exemplo a estratégia adoptada pelos autarcas socialistas na Câmara Municipal de Matosinhos.

Renato Sampaio diz que PSD está alheado da realidade nacional

FÓRUM PORTUGAL/EUROPA

O PSD está “alheado” da realidade nacional porque não lhe convém, acusou Renato Sampaio, no âmbito do Fórum Portugal/Europa sobre a liberalização do mercado postal europeu, organizado pela Federação do socialista do Porto.

Respondendo às críticas que feitas sexta-feira feitas pelo candidato à liderança do PSD/Porto, Marco António Costa, que acusou o PS/Porto de “não ter autonomia de pensamento” por aplaudir todas as medidas do Governo, Renato Sampaio foi peremptório: “Há aqueles que nem sequer pensamento têm”.

E reafirmou que o PS/Porto jamais seria “uma plataforma de combate com o Governo” e que só aceita conselhos quem apoio o partido no passado.

“Rejeitamos críticas deste PSD recauchutado, que no passado nada fez, limitou-se a bloquear tudo”, frisou Renato Sampaio, apontando como exemplos de projectos agora desbloqueados por este Governo a segunda fase da rede do metro do Porto, o projecto de Linha de Alta Velocidade e o centro materno infantil.



“Reconhecemos que o Porto tem perdido dinamismo, que se encontra há alguns anos num declínio acentuado, mas isso não se deve ao Governo, são razões endógenas à região”, disse, acrescentando que pior é aquele que não quer ver e “o PSD não quer ver esta realidade porque não lhe convém”.

Falando da segurança, Renato Sampaio considerou tratar-se de uma área “onde o jogo político deveria estar arredado”, mas também aqui, disse, “o PS/Porto orgulha-se do que foi feito e está a ser feito”.

“A criminalidade tem vindo a baixar desde 2005. No primeiro semestre de 2007, comparando com período homólogo, diminuiu 6,4 por cento”, disse, sublinhando que “foi exactamente com o PSD no Governo que houve piores resultados”.

Segundo o líder do PS/Porto, “o desnorte dos responsáveis autárquicos de Gaia, o seu alheado, leva-os a não terem conhecimento de investimentos” para o próprio concelho, como a requalificação e nova construção de infra-estruturas para a PSP.

E apontou ainda os 2,7 mil milhões de euros do QREN para o Norte como prova de investimento na região.

Novo regime de protecção no desemprego para trabalhadores do Estado

O NOVO regime de protecção no desemprego para trabalhadores da Administração Pública abrangerá um universo máximo de 20 mil funcionários, sobretudo aqueles com contratos administrativos de provimento, afirmou o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos.

Falando em conferência de Imprensa, no final do Conselho de Ministros, em que esteve também presente o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, o titular da pasta das Finanças adiantou que nesses 20 mil trabalhadores estão também funcionários com contratos individuais de trabalho sem inscrição na Segurança Social e que são beneficiários do sistema de protecção social público da Caixa Geral de Aposentações.

Sobre o diploma que aprovou o novo regime de subsídio de desemprego para os trabalhadores da Administração Pública, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social sublinhou que, com a aprovação da proposta pelo Parlamento, esse conjunto de trabalhadores passará a ter “uma protecção” que antes não tinha.

“Essa protecção destina-se exclusivamente às categorias profissionais cujo vínculo ao Estado não os colocava ao abrigo do risco de desemprego. É uma protecção em tudo idêntica à que se processa no sector privado e que abrangerá apenas uma minoria” dos trabalhadores da Administração Pública.

Ou seja, com a aprovação deste diploma, as formas de protecção de desemprego já existente para os trabalhadores do regime geral da Segurança Social vão ser alar-



gadas aos trabalhadores do Estado que tenham risco de desemprego, designadamente os que têm contratos individuais de trabalho, ou contratos administrativos de provimento.

Neste ponto, o ministro Teixeira dos Santos explicou que o subsídio de desemprego poderá ser atribuído “a subconjuntos muito específicos de trabalhadores da Administração Pública”.

O ministro das Finanças referiu que, em 2008, haverá um regime transitório, “em que o ónus de uma eventual situação de desemprego de um trabalhador da Administração Pública recairá sobre os respectivos serviços”, acrescentando que “a partir de 2009, esse ónus passará a ser

coberto pela Segurança Social”.

Quanto à mobilidade especial, o ministro de Estado e das Finanças salientou que a proposta de lei agora aprovada estabelece um “regime de incentivo à concessão de licença extraordinária para o pessoal que, por adesão voluntária, solicite essa mobilidade especial”.

O diploma consagra igualmente a possibilidade de os trabalhadores em contrato individual de trabalho, no caso de cessação do seu posto de trabalho, ou despedimento, poderem optar por terem o período de mobilidade especial durante um ano.

Na conferência de Imprensa, o ministro das Finanças sublinhou ainda que os trabalhadores que

já se encontram em mobilidade especial poderão beneficiar dos incentivos previstos no diploma agora aprovado.

Segundo Teixeira dos Santos, os incentivos serão também concedidos aos trabalhadores que já se solicitaram licença extraordinária ao abrigo dos mecanismos previstos na reforma da administração pública.

Pedidos de reforma antecipada

O Conselho de Ministros aprovou também uma proposta de lei para facilitar os pedidos de reforma antecipada pelos trabalhadores da Administração Pública, que pode-

rão solicitá-la em 2008 se tiverem 33 anos de serviço, ou 65 anos de idade e 15 de serviço.

O ministro de Estado e das Finanças referiu que o diploma pretende reforçar a convergência entre os regimes de aposentação da Administração Pública com o regime geral.

Segundo a proposta do Governo, a partir de 2015, o tempo de serviço mínimo exigido para o acesso à aposentação será de 15 anos, quando actualmente, no âmbito da Administração Pública, o mínimo exigido é de 36 anos.

“O Governo propõe uma aproximação gradual para os 15 anos até aos 2015. De ano para ano, será reduzido o tempo mínimo de serviço exigível”, frisou Teixeira dos Santos.

No entanto, após a promulgação do diploma, os trabalhadores da Administração Pública já com 65 anos e com 15 anos de serviço poderão solicitar a sua aposentação.

Também para reforçar a convergência, o ministro de Estado e das Finanças referiu que “o número de anos de serviço exigível para o pedido de aposentação antecipada vai convergir com o da segurança social, que é neste momento de 30 anos”.

Assim, no âmbito deste processo de convergência, o Executivo estabeleceu que, em 2008, com 33 anos de serviço, o funcionário do Estado poderá solicitar uma aposentação antecipada.

“A partir de 2009, haverá um regime análogo ao do regime geral, ou seja, poderá haver aposentação antecipada se o funcionário tiver 30 anos de serviço e 55 anos de idade”, acrescentou.

Governo e empresários criam bolsas para cursos profissionalizantes do secundário

COM o objectivo de reforçar a oferta da via profissionalizante do ensino secundário e combater o abandono escolar, o Ministério da Educação (ME) assinou protocolos com várias importantes empresas ligadas à informática e à sociedade do conhecimento (Oni, HP, NovaBase, Sonae, Apple, Microsoft e Sun Microsystems) para a criação de uma bolsa de estágios profissionais.

Os protocolos pretendem consolidar e desenvolver a tendência de aumento da população escolar dos últimos anos, que está associada ao crescimento dos cursos profissionalizantes no ensino secundário.

A assinatura destes protocolos deu-se durante a sessão pública para apresentação dos resultados escolares no ano lectivo 2006/2007 que decorreu no centro Cultural de Belém, em Lisboa, e que contou com a presença do primeiro-ministro, José Sócrates, da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, e diversos empresários, que consideraram

“importante” o acolhimento de alunos dos cursos profissionalizantes do secundário em estágios nas suas empresas, uma vez que isto permite uma melhor integração no mercado de trabalho e “refrescar” visões e formas de trabalhar no meio empresarial.

Na sessão pública para apresentação dos resultados escolares no ano lectivo 2006/2007 foi salientado que houve mais 12.920 estudantes nos cursos profissionalizantes do secundário.

De destacar que o número de alunos cresceu em todos os níveis de ensino, mas foi no secundário e nos cursos profissionalizantes que se registou o maior aumento.

No total, os estudantes matriculados em vias profissionalizantes representam 35,4 por cento da população escolar deste nível de ensino.

Neste ano lectivo, os cursos profissionais, tecnológicos, de aprendizagem e de educação e formação aumentaram para cerca de 5

mil, mais 1.700 do que no ano passado e o dobro do que em 2005/06.

Segundo o primeiro-ministro, o aumento do número total de alunos nas escolas que se verificou no ano lectivo passado deve-se ao regresso de muitos jovens ao ensino através destes cursos, um resultado que inverte uma tendência de dez anos em que existiam cada vez menos jovens a estudar nestes escalões.

Nos cursos profissionalizantes “a taxa de insucesso e abandono escolar é muito menor” porque os alunos sabem que saem da escola com uma certificação profissional que “os habilita para o mercado de trabalho”, disse o primeiro-ministro, depois de citar dados do ME que indicam uma clara diminuição da taxa de “chumbos” neste nível de ensino, que baixa de 32 para 25 por cento.

A melhoria dos resultados e o aumento da população escolar é coincidente com o crescimento dos cursos profissionais, que abrangem actualmente quase 63 mil alunos,

mais 30 mil do que há dois anos.

“Nestes últimos dois anos há mais alunos no secundário e mais sucesso escolar, o que se deve ao aumento dos cursos profissionais e ao discurso do Governo sobre a importância da educação e da qualificação”, frisou Sócrates, lembrando depois que Executivo socialista impôs-se como meta que, no final da legislatura, metade dos jovens deste nível de ensino optem por vias profissionalizantes, como acontece na maioria dos países da OCDE.

Para concretizar este objectivo, o número de alunos a frequentar estes cursos terá de aumentar a um ritmo de quatro por cento por ano, o que implica um crescimento anual de 17 mil estudantes.

“Antes, o ensino secundário não oferecia aos jovens vias de estudo que correspondessem às suas expectativas. É preciso estimular as escolas a adoptar cada vez mais este modelo de formação”, declarou a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues. **M.R.**

Um Governo com result

SÓCRATES NO PLENÁRIO DE MILITANTES DE VISEU

Rigor das finanças públicas, crescimento económico, qualificação dos portugueses e aprofundamento das políticas sociais foram os princípios orientadores que estiveram na origem dos “bons resultados” de dois anos e meio de governação socialista, afirmou no passado domingo o líder do PS, José Sócrates, no plenário de militantes de Viseu, onde assegurou que, por isso, o país “está no bom caminho” e anunciou que a ligação Viseu-Coimbra é uma prioridade, no âmbito do plano rodoviário.

J. C. CASTELO BRANCO

FALANDO aos muitos militantes e simpatizantes socialistas que encheram o auditório do Instituto Politécnico de Viseu, no primeiro de um conjunto de plenários com dirigentes socialistas, José Sócrates garantiu que o concurso da ligação rodoviária entre Viseu e Coimbra avançará logo que esteja concluída a avaliação do impacto ambiental.

No balanço de dois anos e meio de governação, o secretário-geral do PS começou por sublinhar que “estamos a fazer o nosso melhor, com esforço e trabalho honesto, a cumprir o nosso programa, honrando assim a confiança dos portugueses e a boa tradição socialista”, pondo desde logo “as contas públicas em ordem”. E reafirmou que no final deste ano “Portugal vai sair do grupo de países com défice excessivo”.

Em dois anos e meio, frisou, “descemos para menos de metade o défice orçamental e, este ano, pela primeira vez nos últimos cinco anos, vai também descer a dívida pública”.

“A isto se chama pôr as contas públicas em ordem”, salientou, acrescentando que esta prioridade foi feita “em nome do Estado Social”.

Para José Sócrates, “a questão essencial, conforme sublinhou, “é termos um Estado credível, em condições financeiras de garantir prestações sociais e prestar bons serviços públicos”.

Para além das contas públicas, o líder socialista referiu que outra prioridade foi o crescimento económico de forma sustentada. “Estamos a crescer ano após ano”, lembrou, salientando que este modelo de crescimento “é virtuoso”, já que assenta “nas exportações”.

Referindo que a nossa economia está a “modernizar-se”, apontou como exemplo o facto de “pela primeira vez a nossa balança tecnológica apresentar um saldo positivo”.

Por outro lado, referiu que a aposta na qualificação dos portugueses foi outra prioridade da acção governativa, lembrando algumas medidas tomadas na área

da educação, como, por exemplo, as aulas de substituição, o inglês no 1º ciclo, a colocação de professores por um prazo de três anos e o encerramento de escolas com menos de dez alunos, “salvando estas crianças da exclusão”. É que, explicou, “os centros escolares com todos os equipamentos necessários, um corpo docente alargado, garantem mais qualidade de ensino e mais oportunidades aos alunos que os frequentam”.

“Com menos professores e menos dinheiro, conseguimos reduzir o insucesso escolar. A isso chama-se resultados que provêm de opções políticas”, disse, salientando que “a educação é a prioridade das prioridades na governação do país”.

A aposta no conhecimento foi também destacada por José Sócrates, que anunciou que no Orçamento de Estado para 2008 vai ser destinado um por cento do PIB para Investigação e Conhecimento (I&D), o que acontece pela primeira vez.

Mais educação e mais oportunidades

O secretário-geral do PS sublinhou ainda a importância e o êxito do Programa “Novas Oportunidades”, com 300 mil portugueses inscritos, que considera um dos mais “simbólicos” do seu Governo.

Com este programa, frisou, “o Estado dá novas oportunidades para os portugueses garantirem o seu emprego e contribuírem para o sucesso do país”.

Outra preocupação da acção governativa, disse, têm sido as políticas sociais. “O PS tem consciência que é preciso desenvolver e ampliar as políticas sociais”, afirmou, enumerando depois algumas medidas tomadas nesta área, nomeadamente o complemento solidário para os idosos, que considerou “um imperativo moral e de justiça”, a atribuição de um abono para grávidas a partir do terceiro mês de gestação, o aumento exponencial das creches.

José Sócrates referiu também ter muito “orgulho” da reforma levada a cabo na Segurança Social. “Com esta reforma, Portugal deixou de



ados e no bom caminho



ser um país de alto risco”, disse, salientando que “a Segurança Social pública é um instrumento de coesão da maior importância, património dos socialistas e que não pode estar sujeita aos caprichos da Bolsa”.

Hoje, asseverou ainda, “a Segurança Social Pública está mais forte, mais credível e mais prestigiada”.

Na sua intervenção, o secretário-geral do PS afirmou ainda que o Governo dedica uma especial atenção às regiões do interior do país, no âmbito de uma aposta na coesão territorial. Assim, sublinhou que, “apesar das dificuldades financeiras”, no Orçamento de Estado para 2008 as taxas de IRC para as empresas do interior vão ser reduzidas.

Interior precisa de actividade económica

“As novas empresas só pagarão 25 por cento de IRC e as antigas empresas pagarão 15 por cento,

enquanto no resto do país as empresas pagam 25 por cento. Isto é discriminação positiva para o interior do país que precisa de actividade económica”, explicou. Depois da intervenção de José Sócrates, seguiu-se um período de perguntas dos militantes, que teve como denominador comum o incentivo ao prosseguimento do rumo traçada pelo Governo. O líder do PS teve assim oportunidade de clarificar algumas questões, tendo reafirmado que a prioridade na saúde é “gerir com rigor” o SNS, combatendo o desperdício, de forma a garantir a sua sustentabilidade e proporcionar melhores cuidados de saúde. E teve palavras de grande elogio a Correia de Campos, presente na sala.

O líder socialista referiu-se ainda ao programa “Novas Oportunidades” como sendo “a melhor forma de se conseguir melhor salário e de se evitar o desemprego, já que mais formação é essencial”.

Sócrates afirmou ainda, por

um lado, “não perceber” a estratégia do PSD e CDS/PP, já que com Santana Lopes e Paulo Portas “regressou o passado”, e, por outro, considerou que “políticas contra o Estado Social têm aqueles que não querem mudar nada, porque ser de esquerda não é ficar parado”.

A abrir a sessão, interveio o anfitrião, José Junqueiro, presidente da Federação de Viseu, que elogiou a acção governativa, nomeadamente no que respeita ao distrito. “Temos capital de obra feita”, disse, congratulando-se com a conclusão da A24 e da A25, com os primeiros centros escolares “de grande qualidade”, com as novas Unidades de Saúde Familiar e com as projectadas barragens de Ribeiradio e Pinhão.

E disse ainda que “os militantes socialistas do distrito, como prova esta iniciativa, estão mobilizados à volta do Governo e do primeiro-ministro que mereceu e merece a confiança dos portugueses”.



OPINIÃO



JESUÍNA RIBEIRO
Presidente do DFMS da FAUL
Coordenadora da Secção de
Educação da FAUL

A Escola Móvel surge, assim, como uma resposta inovadora que assenta nas vantagens da utilização das tecnologias da informação e comunicação, assumindo-se como uma escola aberta capaz de se ajustar às particularidades de vários públicos

MAIS ESCOLA

UMA escola pública baseada na promoção da educação para todos, com qualidade, orientada para a promoção da dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos e a equidade social é um instrumento central na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e democrática. Como salienta a Estratégia de Lisboa e o Quadro de Referência Estratégica Nacional, ela é ainda uma condição básica de coesão social e nacional, de crescimento e de modernização tecnológica do país no âmbito da transição para a economia do conhecimento e a sociedade de informação.

A escola deve, assim, assumir-se como um espaço privilegiado de educação para a cidadania e de estabelecimento e fortalecimento de redes geradoras de sinergias inter-institucionais para a gestão da diversidade e formulação de projectos de vida dos alunos, numa sociedade multicultural e em constante mutação.

A democratização do acesso ao ensino, o alargamento da escolaridade obrigatória e os fluxos migratórios deram origem a uma população escolar cada vez mais heterogénea que exige a mudança nas políticas educativas.

No presente ano lectivo os alunos de nacionalidade não portuguesa representam 4,3 por cento, i.e., 57.892 alunos num total de 1.360.563 alunos que frequentam a escola pública.

Nas escolas portuguesas encontram-se 185 nacionalidades, sendo as mais representadas a Brasileira (12.286 alunos), a angolana (7.455), a cabo-verdiana (6.985), a guineense (3.590), a francesa (3.531) e a ucraniana (3.377).

Este Governo, reconhecendo a importância da gestão da diversidade como factor promotor da integração de todas as crianças e jovens, da eliminação dos preconceitos, e do crescimento comum dos jovens evitando divisões e discriminações, tem adoptado inúmeras medidas das quais realço:

O Programa de territorialização de políticas educativas de intervenção prioritárias (TEIP) que visa o sucesso educativo de todos os alunos, especialmente daqueles que se encontram em situações de risco de exclusão social e escolar.

O relançamento do programa dos TEIP tem como principal objectivo a apropriação, por parte das comunidades educativas particularmente desfavorecidas, de instrumentos e recursos que lhes permitam orientar a sua acção para a reinserção escolar dos alunos.

Tendo presente que os contextos sociais onde as escolas se inserem podem condicionar o sucesso educativo, foi dada prioridade às escolas ou agrupamentos de escolas localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto com elevado número de alunos em risco de exclusão social e escolar.

O ensino da língua portuguesa para falantes de outras línguas, através do estabelecimento de princípios de actuação e normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação das actividades curriculares e extracurriculares a desenvolver pelas escolas e agrupamentos de escolas, dos ensinamentos básico e secundário, no domínio do ensino da língua portuguesa como língua não materna.

A Escola Móvel, um projecto de ensino a distância, com recurso a uma plataforma tecnológica de apoio à aprendizagem, tem como principal objectivo garantir que todos os alunos concluam a escolaridade obrigatória e tenham a possibilidade de continuar estudos, nomeadamente pela frequência de cursos profissionais. Este ano lectivo, a Escola Móvel alargou-se a outros públicos, abrangendo para além dos filhos dos profissionais itinerantes, jovens da Ajuda de Mãe e alunos com mais de 15 anos que, por motivos variados, não concluíram a escolaridade obrigatória.

A Escola Móvel surge, assim, como uma resposta inovadora que assenta nas vantagens da utilização das tecnologias da informação e comunicação, assumindo-se como uma escola aberta capaz de se ajustar às particularidades de vários públicos.

O Governo do PS tem, desta forma, contribuído para que a escola se torne o lugar de realizações pessoais e de aprendizagens reais, apta para gerir a pluralidade social, cultural e linguística sem perda de qualidade democrática.

Conselho Consultivo Nacional das Mulheres Socialistas reuniu-se em Beja



O DEPARTAMENTO Federativo das Mulheres Socialistas de Beja, presidido pela nossa camarada Romana Romão, recebeu, no dia 27 de Outubro, na Pousada de S. Francisco, o Conselho Consultivo Nacional das Mulheres Socialistas.

A RECEPÇÃO calorosa das nossas camaradas de Beja, como já tinha acontecido em Viseu e Aveiro, expressa bem a boa decisão do Departamento Nacional ao descentralizar as suas reuniões estatutárias pelo distritos do país.

Uma palavra de apreço ao presidente da Federação, Pita Ameixa, que, a convite da presidente, Manuela Augusto, partilhou com as mulheres socialistas o muito que há, ainda, por fazer para concretizarmos a igualdade entre homens e mulheres. É também em parceria com as federações do partido que o Departamento das Mulheres Socialistas pretende consolidar a igualdade entre homens e mulheres em todas as esferas.

A camarada Carmem Pignatelli, secretária de Estado da Saúde, fez uma exposição sobre uma das medidas emblemáticas do nosso Governo, quer para ganhos em saúde, quer para a concretização efectiva da conciliação: a rede de cuidados continuados. São estes serviços que apoiarão as famílias a cuidar dos

seus idosos e dependentes.

A presidente das Mulheres Socialistas, Manuela Augusto, fez uma síntese sobre as iniciativas realizadas. Referiu nomeadamente a conferência anual das mulheres socialistas europeias, a participação nos cem anos da Internacional Socialista de mulheres, que decorreu na Alemanha, a reunião informal entre o Departamento Nacional e o seu congénere espanhol do PSOE, no sentido de se encontrarem estratégias comuns em matéria de igualdade de género. Salientou, de igual modo, a reunião de trabalho com as presidentes federativas das mulheres socialistas, a reunião com o secretário-geral da UGT e a Comissão de Mulheres da UGT, com o objectivo de apresentar as propostas que o Secretariado das Mulheres Socialistas entende que devem ser tidas em conta, quer em sede de concertação social, quer na próxima, e necessária, revisão do código de trabalho. De seguida apresentou as próximas realizações do Departamento Nacional. Destas destacamos três: a sinalização

do dia 25 de Novembro, dia internacional contra a Violência Contra as Mulheres, o colóquio sobre "As mulheres e o seu papel nas religiões", a realizar no dia 27 de Novembro e a Cimeira das "Mulheres da Lusofonia".

Por fim, mas de significado também muito relevante, foi concluído o processo de aprovação final global dos regulamentos geral e eleitoral do Departamento Nacional e Departamentos Federativos das Mulheres Socialistas, iniciados no Conselho Consultivo de Viseu e analisado no encontro de Lisboa das presidentes federativas. Das alterações efectuadas, importa salientar a mudança da designação do Conselho Consultivo para Conselho Político. Considerou-se que a designação anterior não expressava a dimensão e a dignidade que o órgão pretende exercer em matéria de análise e discussão política. Outra das alterações relaciona-se com a composição do mesmo.

Relativamente à eleição dos Departamentos Federativos procurou-se uma solução com maior equidade. Não fazia sentido que o número de proponentes para apresentar uma candidatura e a composição do seu respectivo Conselho Político fosse igual, independentemente do número de militantes da respectiva federação.

É fundamental que o Parlamento ganhe nova centralidade

UNIVERSIDADE MERIDIONAL

O ESTADO português ainda é “muito centralista e centralizado”, dando origem a excessos de burocracia que resultam, entre outras consequências, na perda de eficácia quer no investimento público, quer na prestação de serviços aos cidadãos, a qual, por sua vez, gera corrupção. Esta a mensagem deixada pelo deputado socialista António José Seguro, em Faro, ao falar sobre “Organização Democrática do Estado”, no âmbito da Universidade Meridional promovida pela Federação do PS Algarve.

Durante a lição que deu na Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, em que se manifestou defensor do processo de regionalização de Portugal, Seguro considerou fundamental que o Parlamento ganhe de novo a centralidade no sistema político nacional.

Na capital algarvia, onde disse que precisamente sobre a natureza do sistema político português, a evolução histórica e o quadro constitucional actual, bem como sobre o papel da Administração Pública como instrumento de gestão do Estado democrático, o deputado do PS analisou as funções dos diferentes órgãos de soberania, destacando as diferenças entre o quadro constitucional e a prática política de cada um dos seus titulares.

Noutro ponto, estabeleceu a comparação entre os níveis de soberania dos órgãos do Estado, tendo frisado



que “a Administração Pública deve ser um instrumento de gestão e não um instrumento de decisão”, estatuto que cabe – conforme sublinhou – ao poder político.

No âmbito da segunda lição do curso de Política e Administração Pública da Universidade Meridional, frequentado por cerca de 60 formandos, o deputado salientou ainda as diferenças entre os sistemas parlamentar e presidencial, tendo definido o sistema portu-

guês, à luz da Constituição de 1976, como uma forma de governação com “fisionomia própria”.

Através de exemplos práticos da vida política portuguesa, Seguro evidenciou algumas das principais mudanças realizadas no âmbito do processo de Reforma do Parlamento, nomeadamente o aumento da sua capacidade de fiscalização em relação ao Governo.

E classificou como “grandes mudanças” introduzidas pelo processo

reformador da Assembleia da República, a obrigatoriedade de todos os ministros responderem em reunião plenária, pelo menos uma vez por sessão legislativa e na respectiva Comissão Parlamentar, no mínimo quatro vezes, e ainda a possibilidade de todos os grupos parlamentares requererem, obrigatoriamente, a presença de membros do Executivo nas comissões parlamentares.

O prazo máximo de 30 dias estabelecido, pela primeira vez,

para que o Governo responda às perguntas escritas (requerimentos) dos deputados, foi outra das alterações salientadas e saudadas por António José Seguro, líder do grupo de trabalho que produziu a Reforma do Parlamento.

Por outro lado e a terminar, referiu a necessidade de aumentar o “grau de autonomia de cada deputado, designadamente nas matérias que não têm a ver com a governabilidade”. M.R.

Socialistas de Leiria debatem políticas de família e natalidade

É IMPORTANTE e necessário que as populações participem activamente em iniciativas como as conferências sobre políticas de família e natalidade que o PS/Leiria promove no âmbito do projecto de reflexão intitulado “Portugal precisa de mais bebés, como ajudar as famílias a tratar deles?”. Esta a ideia defendida pelo presidente da Federação, João Paulo Pedrosa, numa sessão realizada em Castanheira de Pera, ocasião que aproveitou para manifestar a sua disponibilidade, enquanto autarca, para acolher as propostas políticas resultantes destes fóruns de discussão.

“Estamos a trabalhar no sentido de que as câmaras municipais participem no esforço de minimização das dificuldades das famílias com filhos e daquelas que, não os tendo, os pretendam vir a ter”, afirmou o líder da Federação socialista, no auditório do centro paroquial totalmente cheio.

João Paulo Pedrosa chamou igualmente a atenção dos presentes para as medidas que o Governo tomou neste âmbito e as que tem vindo a implementar com vista a fortalecer e facilitar a vida familiar, sublinhando ainda o facto de estarem já previstos, no próximo Orçamento de Estado, mecanismos de dedução

fiscal que têm em conta os agregados familiares com filhos.

Presente nesta conferência esteve também a deputada do PS Maria de Belém Roseira, para quem é urgente uma revalorização dos elementos da organização da vida profissional, de modo a facilitar a gestão pessoal de outras dimensões do universo da vida privada dos cidadãos.

“São necessários mais mecanismos eficazes que favoreçam a conciliação da vida familiar e profissional e o uso de novos instrumentos de apoio financeiro que o QREN disponibiliza, não só para o reforço de equipamentos sociais para apoio a crianças e idosos, mas também para uma aposta na formação e valorização profissional, verdadeiro instrumento de criação de riqueza e emprego, esses sim os maiores amigos da estabilidade e segurança familiar”, declarou a deputada.

A abrir a sessão, o presidente da Concelhia e da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, Fernando Lopes, saudou a iniciativa socialista e deu conta da importância de que ela se reveste para um concelho do interior do distrito que se defronta com graves problemas de desertificação e de abandono das populações. M.R.



OPINIÃO



LUÍSA VASCONCELOS
Professora na Universidade
Fernando Pessoa

Recolocada a questão no legítimo nível da Assembleia da República, permanece a dúvida quanto ao eventual interesse em usar o Tratado de Lisboa para uma autêntica operação de informação do cidadão português face à realidade europeia

representação ou Representação?

1. QUANDO, em Abril, o mal estar dos Quadros das Forças Armadas e a tolerância dos grandes grupos económicos fragilizaram conluídas barreiras, foi por fim permitido ao Povo Português despedir a oligarquia, ressequida que estava no seu sinuoso, árido e violento trajecto. Quis então, esse mesmo Povo, exteriorizar a sua consciência democrática matrizando o Estado nos seus diferentes Órgãos e Poderes. Para a escrita da Lei Fundamental, que tudo regularia, o Povo elegeu assim os seus Representantes à Assembleia Constituinte, que devotaram o seu saber e entusiasmo à elaboração das tábuas da democracia. Ninguém questionou a dignidade da sua Representação pedindo um referendo ao texto que seria dali, de sí, nascido e aprovado.

2. Já em tempo de maturação da democracia, entenderam os Representantes do Povo Português conduzir os caminhos económicos do país na integração europeia, (quase) sabendo dos pontos negativos que tal agregação implicaria, mas não tendo quaisquer dúvidas das vantagens de modernização que poderiam daí advir, aproveitados que fossem todos os apoios Comunitários implícitos a essa integração. Fundamentalmente, tratando-se Portugal de um país sem altos níveis de riqueza própria ou subsidiária, afastava-se assim o espectro do isolamento económico, num tempo em que, por todo o mundo, se constituíam economias inter-estados, senão mesmo, quase federativas.

Nunca, em eleições seguintes, o Povo Português penalizou os seus Representantes por esta opção, recusando-se sempre a beneficiar o quadro orgânico partidário que se lhe opunha.

3. Consolidada a democracia, paradoxalmente, quis esse mesmo Povo Português que os seus Representantes preservassem na bureau-eurocracia, mandatando-os como bandeirantes entusiastas de um caminho que lhes era (e lhes permanece) distante e desconhecido, dir-se-ia que a soldo de uma moeda europeia estranhamente tirana, indispensável e amiga. Nesse caminho, o sucessivo alargamento do espaço comunitário foi tornando os tempos e procedimentos negociais europeus cada vez mais áridos e dilatados, clamando por uma nova matriz estrutural que, pensava-se, agilizaria todo o procedimento negocial na União Europeia. Mas o conteúdo imperativo (formato federativo) desse novo Tratado, embateria com aspectos constitucionais (também para nós, no caso português) obrigando a sufragar directamente o alcance dessas opções. A vitória do Não, na França e na Holanda, em 2005, fez perceber que a força cultural, mesmo que ego-tópica, tem a força de derrotar Tratados.

4. Refez-se a União Europeia do malogrado Tratado propondo uma solução de menor substância e de alcance mais moderado, repetindo aliás a solução de outros malogrados Tratados, que encontraram no (nitidamente) segundo-ótimo uma alternativa útil a graves estrangulamentos. Ao retirar o imperativo Constitucional do referendo (excepção feita à Irlanda, talvez à Dinamarca), a redução de substância do Tratado de Lisboa recoloca o mandato da sua ratificação nos Representantes do Povo Português, seguramente, a esta data, melhor informados e intrincados no jargão terminológico, processual e decisório europeu.

O Tratado de Lisboa não é o Tratado Constitucional da União Europeia referendado em 2005. É um híbrido entre a história passada e futura da União Europeia, um resultado tosco entre o que não podia ser politicamente e o que tem de ser no ritmo de aceleração da geoconomia. Os compromissos a que nos obriga o Tratado de Lisboa, sejam ou não proximamente alterados, atingem-nos sobretudo de forma processual e não fundamental.

5. Recolocada a questão no legítimo nível da Assembleia da República, permanece a dúvida quanto ao eventual interesse em usar o Tratado de Lisboa para uma autêntica operação de informação do cidadão português face à realidade europeia. Uma espécie de acto de contricção, de catequização ou de rebelião, volvidos que estão 21 anos de adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Por se tratar de questões tão importantes para a vida dos cidadãos... diz-se.

Absolutamente. Há portanto questões essenciais à vida das pessoas que obrigam ao referendo, secundarizando o mandato da Representação do Povo Português à Assembleia da República. Mas há outras ainda, se não nos falhar a memória, directamente determinantes da vida e que dispensam esse mesmo referendo, feitas que estejam as contas às Vozes da nossa Representação. Absolutamente.

Informar sim, para o Povo Português. Quanto a referendar...!?!... para quem?

OPINIÃO



JOÃO PAULO CORREIA
Líder da bancada socialista
na Assembleia Municipal
de Gaia

Esta exposição é demonstrativa do empenho que o Governo tem depositado em Gaia e contraria toda a intoxicação que a Câmara tem promovido contra a administração central

INVESTIMENTOS DO GOVERNO EM GAIA

NAS ÚLTIMAS semanas, a Câmara Municipal tem protagonizado uma campanha de intoxicação contra o Governo, no que concerne aos investimentos da administração central em V. N. Gaia.

Entende o PS que a verdade deve impor-se às declarações que têm vindo a público sobre a relação deste Governo para com Gaia.

Parece-nos no mínimo curioso que, repentinamente, o discurso da Câmara de Gaia em relação ao Governo tenha-se alterado pelo circunstancialismo da conjuntura política, facto revelador de falta de memória e de uma enorme contradição.

Falta de memória porque durante os últimos anos, até há bem pouco tempo atrás, a Câmara de Gaia reconheceu em vários momentos da sua administração a generosa atenção do Governo para com o município, traduzida, obviamente, em investimentos avultados, desde obras de infra estruturação até às iniciativas das áreas do domínio social. A Câmara chegou a condecorar os contributos de ex-ministros do PS – eng. João Cravinho e o dr. Jorge Coelho.

A contradição reside essencialmente no facto da Câmara utilizar dois discursos no mesmo período político, isto é, quando é a proveito reconhece a colaboração do Governo e quando tem de justificar a sua incapacidade de resolver assuntos relevantes dirige a frustração ao Governo.

Recordamos que na sexta-feira e sábado passados foram inauguradas duas obras significativas para o concelho e para a região – a ampliação e requalificação do Porto de Pesca da Afurada, obra inserida no Polis, e as novas instalações da RDP nos estúdios da RTP no Monte da Virgem, obra que atingiu um investimento de 3 milhões e 600 mil euros.

Nestes dois momentos, a Câmara reconheceu o decisivo empenho do Governo na realização das obras.

O centro desta polémica é o mapa do “PIDDAC Concelhio” para o próximo ano e que é utilizado para o debate político acerca dos investimentos do Governo em Gaia.

Como questão prévia, convém salientar que o PS surge no debate sobre esta matéria com uma inexorável reserva política, podendo reclamar um papel fundamental em obras determinantes para o concelho, pois os seus Governos têm dirigido os principais investimentos realizados em Gaia nos últimos dez anos.

O mapa do “PIDDAC Concelhio” é um documento apêndice do PIDDAC, pelo que não esgota os investimentos do Governo no concelho às obras e iniciativas que inscreve.

O Governo investe muito mais em Gaia do que o valor que está inscrito no “PIDDAC Concelhio”, aliás como se pode comprovar pelo ano em curso.

A transição de algumas entidades para entidades públicas empresariais tem esvaziado esse mapa, conduzindo as projecções de investimento nos concelhos para orçamentos próprios.

O instrumento PIDDAC transporta uma série de investimentos em todos os concelhos do país que não estão reflectidos no famigerado documento “PIDDAC Concelhio”.

A Câmara Municipal sabe tudo isto, contudo tenta intoxicar a opinião pública com um discurso distorcido da realidade para daí retirar dividendos políticos contra o Governo, ao sabor dos interesses partidários e não pela defesa genuína do município.

O PS recorda que, pelo fio de pensamento desta Câmara, o Governo que mais penou Gaia foi exactamente o Governo do PSD/CDS que em 2005 apresentou um “PIDDAC Concelhio” de 1 milhão e 600 mil euros!

O “PIDDAC Concelhio” para 2007 com-

prende obras estruturantes para Gaia no valor de aproximadamente 22 milhões de euros, como o nó da Arrábida, último troço do IC23, a unidade de saúde Canidelo, etc.

Todavia, o Governo não limitou os seus investimentos em Gaia às obras e iniciativas do “PIDDAC Concelhio”, vai bem mais longe e, como é do conhecimento público, tem promovido grandes investimentos em várias áreas da acção governativa, como disso são exemplo o PARES (1ª fase), os Acordos de Cooperação com as IPSS's, a iniciativa Novas Oportunidades (RVCC), o programa E-Escola / E-Professor, o Contrato Local de Desenvolvimento Social (Vila D' Este), o Programa de Modernização Administrativa (Juntas de Freguesia), o Subprograma 2 (colectividades), POLIS (obras de requalificação da margem ribeirinha e da vila piscatória da Afurada), o novo edifício da RTP (3 milhões e 669 mil euros), a instituição do Centro Hospitalar de Gaia/Espinho como EPE (um investimento de 80 Milhões de euros), a instituição das Unidades de Saúde Familiares (Gaia conta actualmente com seis, o que tem permitido uma diminuição do número de utentes sem médico de família), os apoios directos e indirectos a empresas, etc.

Em relação ao ano de 2008 o “PIDDAC Concelhio” apresenta a extensão da linha do metro até Santo Ovídeo, a conclusão da unidade de saúde de Canidelo, o avanço das unidades de saúde dos Carvalhos e de Vilar de Andorinho, o CAT, a requalificação da EB 2,3 de Canidelo, a esquadra convencional da PSP de Mafamude, etc.

Mas, para além do que está inscrito no “PIDDAC Concelhio”, o Governo desenvolverá e/ou impulsionará, como tem sido seu apanágio, outras obras e iniciativas no sentido do progresso deste concelho, como por exemplo a A32 (que dotará Gaia de mais um eixo rodoviário), o PARES (2ª fase), a iniciativa Novas Oportunidades (RVCC), o programa E-Escolas e E-Professor, os Acordos de Cooperação com as IPSS's, o Subprograma 2, o POLIS, o Media Parque, a unidade de saúde da Madalena, o Centro de Reabilitação Física do Norte, as Unidades de Saúde Familiar, o novo Hospital, os processos relacionados com as esquadras convencionais da PSP em Canidelo e Valadares, bem como com a esquadra de atendimento da PSP da Afurada e o posto de atendimento e sede do corpo de intervenção da PSP em Vilar de Andorinho.

Pode-se dizer que “há muita vida” para além do “PIDDAC Concelhio”.

Esta exposição é demonstrativa do empenho que o Governo tem depositado em Gaia e contraria toda a intoxicação que a Câmara tem promovido contra a administração central.

Também queremos salientar que estamos vigilantes e reivindicativos quanto à acção do Governo, na medida de que o nosso município ainda manifesta graves carências, principalmente de ordem social, que devem merecer a melhor atenção do Estado.

As transferências do OE para Gaia, ao abrigo da nova Lei das Finanças Locais, irão aumentar em 2008. Para o próximo ano, Gaia receberá mais de 1 milhão e 300 mil euros em relação ao ano corrente.

Recordamos que no ano anterior a maioria PSD/CDS desferiu um violento ataque à nova LFL, na presunção de que a mesma seria prejudicial para Gaia. Afinal, enganou-se como também se tem enganado no controlo do endividamento da autarquia.

Como já vimos, as críticas ao Governo são gratuitas e infundadas.

Esta Câmara deve-se preocupar em ser reivindicativa junto do Governo e não uma fonte de críticas gratuitas e inconsistentes.

António Costa põe em prática medidas prioritárias nos primeiros 100 dias

CÂMARA DE LISBOA

OS PRIMEIROS 100 dias de António Costa à frente da Câmara de Lisboa ficaram marcados pelo cumprimento integral de uma série de medidas prioritárias que se comprometeu na campanha a pôr em prática no início do seu mandato, como o plano de saneamento financeiro, a “tolerância zero” para estacionamento em segunda fila e o reinício de mais de uma dezena de obras paradas por falta de pagamento, como é o caso do jardim de S. Pedro de Alcântara.

“Foi o tempo em que dissemos que íamos pôr a Câmara a funcionar. Temos o plano de saneamento aprovado, na Câmara e na Assembleia Municipal, e reduzimos significativamente o excesso de endividamento que tínhamos a 31 de Julho. Acho que temos resultados e está a ser cumprido o calendário a que nos tínhamos proposto”, disse o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa.

O plano de saneamento financeiro, que vai permitir a contratação de um empréstimo de 500 milhões de euros, a 12 anos, de acordo com o previsto na Lei de Finanças Locais, está a ser acompanhado por um conjunto de medidas de austeridade, sendo a mais visível o corte de 30 por cento no valor gasto com contratos de prestação de serviços.

Assim, António Costa anunciou a não renovação de contrato com 125 avençados. “Todos na campanha admitiram o problema do excesso de avenças. Depois, quando chega o momento de se reduzirem as avenças, são todos contra”, afirmou.

Segundo o autarca socialista, a metodologia utilizada para as rescisões foi a que foi aprovada, ou seja, “a análise pelos directores



municipais da necessidade desses trabalhadores e se essas funções podiam ser satisfeitas por quadros do município”.

Entre as medidas prioritárias enunciadas por António Costa e que foram cumpridas nestes primeiros 100 dias de mandato, destaque ainda para a pintura das passadeiras perto das escolas

e encerramento do Terreiro do Paço ao trânsito, aos domingos.

“Estamos a agora a planear o reforço das passadeiras junto a zonas comerciais para a Operação Natal, que deverá estar pronta a 24 de Novembro”, adiantou.

Quanto às críticas à iniciativa de animação do Terreiro do Paço aos domingos, o autarca

socialista considera que estas “são essencialmente feitas por quem não veio cá ou por quem quer circular de automóvel numa zona de trânsito condicionada”.

Neste início de mandato, António Costa tem feito diligências para que o Instituto Português de Oncologia (IPO) permaneçam Lisboa, dada a decisão do Ministério da Saúde de construir novas instalações e a disponibilidade da Câmara de Oeiras em acolher a unidade de saúde, oferecendo os terrenos.

“Estamos à beira de chegar a um acordo” para a instalação do IPO num terreno oferecido pela Câmara, na zona do Parque da Bela Vista, em Marvila, ocupando 12,5 hectares, disse o autarca.

Na área das empresas municipais, a prometida reestruturação avançou, com a extinção da Empresa de Águas Residuais Emarlis, e uma proposta de reestruturação da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) e das Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU), estará pronta “até ao final do ano”, garantiu António Costa.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

A CÂMARA Municipal de Lisboa (CML) vai realizar um conjunto de sessões públicas em diversos pontos do concelho, com o objectivo de ouvir as opiniões dos cidadãos e das suas organizações representativas sobre o Orçamento da Câmara para o próximo ano, algo que sucede pela primeira vez.

A primeira reunião sobre o que a edilidade designou por Orçamento Participativo, teve lugar na freguesia de Telheiras, na Biblioteca Orlando Ribeiro, e contou com a presença do presidente da CML, António Costa que estava acompanhado pela maioria dos elementos da vereação.

António Costa lembrou os constrangimentos orçamentais decorrentes do passivo de cerca de 1460 milhões de

euros com que a edilidade se debate, incluindo, como adiantou, os cerca de 500 milhões de euros de dívida de curto prazo a fornecedores, e da ultrapassagem dos limites de endividamento decorrentes da lei, para justificar as metas impostas ao próximo Orçamento municipal.

Costa mostrou-se contudo optimista com as medidas aprovadas no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro adoptado recentemente, que na sua perspectiva “permitirão uma evolução positiva do saldo estrutural para construir um Orçamento de investimento assente em bases sólidas”.

Depois deste primeiro encontro em Telheiras, estão já agendadas mais duas reuniões, uma no Fórum Lisboa e outra no cinema São Jorge.

Calha reúne com autarcas de Évora e Leiria



O SECRETÁRIO nacional do PS para as Autarquias, Miranda Calha, deslocou-se a Évora no dia 29 para uma reunião de trabalho com os presidentes de Câmara socialistas do distrito, membros da Comissão Política da Federação e presidentes das concelhias, em que esteve também presente o deputado Bravo Nico, coordenador autárquico no âmbito da Federação.

Na reunião, que decorreu na sede da Federação, foi feito um balanço da actividade autárquica nos vários concelhos, tendo em vista melhorar a acção dos eleitos pelo PS, que explanaram a situação vivida nos seus concelhos, não só no presente mas também numa perspectiva de futuro.

Entretanto, o dirigente socialista Miranda Calha vai estar também presente hoje, dia 13, num jantar de trabalho em Leiria com autarcas e dirigentes federativos e concelhios.

PS/Reguengos de Monsaraz reforça militância



A COMISSÃO Política Concelhia do PS/Reguengos de Monsaraz congratulou-se pelo “sucesso” da campanha de novos militantes, iniciada recentemente, que registou uma “forte adesão”, com mais de oito dezenas de novas inscrições.

Na sua última reunião, a Concelhia socialista reiterou a decisão de continuar, de forma empenhada, este “esforço de dinamização”, tendo por objectivo que todos os militantes, simpatizantes e eleitores do PS “possam prestar um forte contributo ao desenvolvimento económico, social e cultural” do concelho.

A Comissão Política Concelhia abordou igualmente as estratégias e os projectos estruturais cuja concretização é fundamental para o desenvolvimento sustentado que o PS pretende para todos os reguengueses, tendo por pano de fundo um correcto posicionamento do concelho de Reguengos de Monsaraz no arranque do QREN 2007-2013.

Câmara de Matosinhos vai baixar IMI

O PRESIDENTE da Câmara de Matosinhos, o socialista Guilherme Pinto, anunciou que o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) vai baixar, no concelho, no próximo ano e que deixará de existir a taxa sobre rampas.

“O IMI vai baixar ligeiramente”, disse Guilherme Pinto, sublinhando que a autarquia pretende impedir que as actualizações dos prédios antigos, decorrentes da lei, se traduzam num aumento daquele imposto.

“A taxa baixa para todos os imóveis que ainda não tenham sofrido actualização, para que o aumento previsto na lei não tenha impacto”, acrescentou.

Na proposta que Guilherme Pinto levou à reunião do Executivo,



e que seguiu para aprovação em Assembleia Municipal, é referido que a autarquia cobrou de IMI, desde 1 de Janeiro até 30 de Setembro, cerca de 11,8 milhões de euros, prevendo alcançar 19 milhões de euros até ao final do ano, e algo mais em 2008.

“Temos a expectativa que esta verba volte a subir em 2008, porque há muitas habitações que estão a chegar ao limite de isenção do IMI”, disse.

Guilherme Pinto adiantou ainda que o município pretende acabar com outras taxas sobre imóveis além do IMI, designadamente as que versam sobre rampas.

“Há aqui uma espécie de dupla tributação, à qual queremos pôr fim, porque o IMI já abrange essas áreas”, afirmou o autarca socialista.

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA
S. João da Madeira

E são inúmeros os exemplos concretos que demonstram que a situação é, de facto, bem diferente daquela que se verificava quando este Governo iniciou funções e quando o Plano Tecnológico chegou ao terreno

OS VERDADEIROS SINAIS!

DIZIA eu num artigo anterior que a revolução que se tem operado na Administração Pública portuguesa tem alterado profundamente a forma como os serviços públicos, os cidadãos e as empresas se relacionam. Ao mesmo tempo, sublinhava que o mérito destas acções tem sido reconhecido por entidades internacionais independentes. Ainda muito recentemente, durante a Conferência Ministerial sobre Governo Electrónico que decorreu em Lisboa, a Comissão Europeia divulgou um novo "ranking" em que Portugal se encontra em 3º lugar da Europa no que toca à disponibilização de serviços públicos "on-line" e em 4º relativamente ao grau de sofisticação desses serviços.

Mas não é só das entidades internacionais que surgem sinais encorajadores. A adesão massiva dos portugueses (cidadãos e empresas) a esta nova forma de interacção com a administração pública é, porventura, o sinal mais importante. E são inúmeros os exemplos concretos que demonstram que a situação é, de facto, bem diferente daquela que se verificava quando este Governo iniciou funções e quando o Plano Tecnológico chegou ao terreno. Na verdade:

1. O "Diário da República" passou a estar totalmente disponível on-line, acabando com o desperdício de toneladas de papel completamente desnecessário.
2. Até Setembro de 2007 foram criadas perto de 35 mil empresas em menos de 1 hora. 65% das sociedades criadas em Portugal são já "Empresas na Hora". Além disso, já é também possível criar uma Empresa na Hora totalmente "on-line".
3. Foram já emitidos mais de 3 milhões de exemplares do Documento Único Automóvel (DUA) que compilou num único documento o livrete e o registo de propriedade de uma qualquer viatura.
4. Já é possível preencher a declaração de venda e pedir o registo da transmissão de um veículo pela Internet, efectuar pagamentos e receber o DUA e Certificado de matrícula.
5. A liquidação do "selo do carro" através da Internet subiu 20 por cento em relação ao ano passado. Este ano foram efectuadas 1,1 milhões de liquidações via Internet, num montante de 38,6 milhões de euros.
6. A Segurança Social Directa teve quase 2 milhões de acessos.
7. As ofertas de emprego no NetEmprego ascendem a quase 7 mil e os registos de procura ultrapassam os 400 mil.
8. Pela 1ª vez o envio de declarações de modelo 3 de IRS pela via electrónica ultrapassou as entregas em papel e representam já cerca de 60 por cento do total. O pré-preenchimento das respectivas declarações é já uma realidade para muitos contribuintes.
9. A Informação Empresarial Simplificada levou a que quase 400 mil declarações fossem entregues por esta via.
10. Foram emitidos cerca de 380 mil passaportes electrónicos.
11. Está já a ser difundido o novo Cartão do Cidadão, que veio substituir o Bilhete de Identidade, Cartão de Eleitor, Cartão da Segurança Social, Cartão de Contribuinte e Cartão de Saúde.
12. Já foi possível aos estudantes submeterem as suas candidaturas ao ensino superior pela via electrónica.
13. Em Portugal, já é possível apresentar pedidos de registo de invenções nacionais (patentes e modelos de utilidade) on-line.
14. A Justiça está mais leve e mais barata com medidas como a eliminação de escrituras, livros de escrituração mercantil e publicações em "Diário da República", bem como com a simplificação das fusões, cisões, dissoluções e liquidações de sociedades. A Informação Empresarial Simplificada, a "Empresa na Hora", a "Empresa On-line", os "Registos comerciais On-line", a "Marca na Hora", a "Marca On-line" e as "certidões permanentes" são funcionalidades disponibilizadas "on-line" às empresas.
15. Todas as formalidades relativas à compra de uma casa podem ser tratadas num único ponto de atendimento, através da iniciativa Casa Pronta.
16. A perda ou roubo de uma carteira não traz tantos problemas e dores de cabeça aos lesados pela nova funcionalidade em implementação no Portal do Cidadão.
17. A marcação de consultas nos centros de saúde por parte do médico de família pela via electrónica é já uma realidade.
18. Já se podem efectuar simulações na Internet para cálculo do valor de pensões.

Outros exemplos podiam ser dados para demonstrar o esforço deste Governo em tornar a Administração Pública mais eficaz, mais eficiente e mais transparente. A adesão dos cidadãos e das empresas mostram que está a merecer a pena esse esforço. A qualidade de vida dos portugueses e a competitividade das nossas empresas vivem melhores dias, de facto.

José Junqueiro na inauguração de pavilhão gimnodesportivo



RESENDE

O VICE-PRESIDENTE do Grupo Parlamentar do PS, José Junqueiro, deslocou-se a Resende, à freguesia de Freigil a convite do presidente da Câmara Municipal, António Borges, e do presidente da Junta de Freguesia, Manuel Jorge, com o objectivo de inaugurar um pavilhão gimnodesportivo, equipamento que custou cerca de meio milhão de euros.

Em ambiente de festa, o presidente da Junta, Manuel Jorge, e centenas de populares aguardaram a chegada de José Junqueiro e António Borges. Depois, José Junqueiro e Manuel Jorge descerraram a placa alusiva ao evento e fizeram uma visita às novas instalações.

Seguiu-se uma cerimónia em que usaram da palavra o presi-

dente da Junta, o presidente da Câmara e o deputado socialista.

José Junqueiro lembrou dez anos de trabalho conjunto com António Borges, desde os tempos em que o PS era oposição na Câmara, agradeceu sensibilizado o convite que lhe tinha sido feito e recordou que há sete anos, em 2001, quando era membro do Governo de António Guterres, tinha ido a Freigil para, exactamente, lançar a primeira pedra de um sonho agora tornado realidade.

Na sua intervenção, Junqueiro salientou ainda o facto deste investimento ter sido partilhado entre a autarquia e o Governo, facto que demonstra a preocupação do primeiro-ministro com as regiões do interior do país.

Por sua vez, António Borges lembrou a sua preocupação com o

progresso de cada uma das freguesias e do equilíbrio global do concelho. Lembrou que as políticas correctas se reportam não à repetição dos mesmos equipamentos em todos os lugares, mas sim à capacidade de criar a oportunidade das populações beneficiarem de todos os equipamentos.

Já Manuel Jorge sublinhou a importância do equipamento e agradeceu o empenho de todos para que a população em geral e os jovens em particular pudessem usufruir agora de novas oportunidades para a sua formação e entretenimento.

Deixou ainda palavras de simpatia e amizade para José Junqueiro e o seu testemunho do empenho permanente que desde há muitos anos o deputado tem demonstrado pelo concelho.

Autarcas do PS acusam Macário de pôr em risco futuro da AMAL

O COORDENADOR dos autarcas socialistas do Algarve, Francisco Leal, denunciou o clima de insatisfação na Grande Área Metropolitana do Algarve (AMAL) devido à forma como o seu presidente, Macário Correia, gere as suas relações com as diversas entidades, em nome do organismo.

Francisco Leal, também vice-presidente da AMAL, considera que as atitudes de Macário Correia, do PSD, "descredibilizam os autarcas algarvios e põem em risco o futuro da Associação", pois com este tipo de condução política o presidente revela estar mais preocupado em defender o seu partido do que os interesses da região.

"Este é um período em que temos de nos preocupar com o melhor aproveitamento dos fundos comunitários e com a realização de obras importantes para a região como a construção do Hospital Central do Algarve, a requalificação da EN 125 e os planos de intervenção da Ria Formosa, do rio Arade e do rio Guadiana. Não podemos perder tempo com estas questões político-partidárias", frisa Francisco Leal.

O coordenador dos autarcas socialistas critica ainda o facto de, na última reunião da AMAL, Macário Correia não ter esclarecido as declarações feitas ao Rádio Clube Português sobre a introdução de portagens na Via do Infante, bem como a acusação feita ao ministro



do Ambiente, Nunes Correia, o qual já as desmentira publicamente.

"Estou em condições de dizer que, uma vez que esta situação não foi esclarecida em sede da AMAL, significa que Macário Correia fez, na minha presença, declarações infundadas e sem consistência ao Rádio Clube Português, pois o Ministro desmentiu-as e ele não prestou qualquer esclarecimento adicional", frisou Francisco Leal.

Arranca no Alentejo campanha de sensibilização sobre doenças cardiovasculares

O Governo avança com a estratégia de alargamento dos cuidados de saúde pública, fazendo um significativo investimento no reforço de meios de emergência e urgência médica.

MARY RODRIGUES

ALERTAR a população para os sinais e sintomas associados às doenças cardiovasculares e para a necessidade de agir rapidamente na sua ocorrência é o objectivo central de uma campanha de sensibilização pública para o Enfarte e Acidente Vascular Cerebral (AVC), da iniciativa do Alto Comissariado da Saúde (ACS), apresentada recentemente no Alentejo, pelo ministro da tutela, Correia de Campos.

A campanha, produzida pela Coordenação Nacional para as Doenças Cardiovasculares do ACS, em colaboração com o INEM, foi anunciada na sequência da entrada em funcionamento, naquela região, das quatro novas ambulâncias de Suporte Imediato de Vida (SIV) do INEM e da abertura da Unidade de Cuidados Intensivos Cardíacos e da Unidade de Convalescença de AVC, no Hospital Espírito Santo, em Évora, equipamentos que garantem o funcionamento das Vias Verdes para o Enfarte e AVC na região.

Devem ser accionadas pelo cidadão através do número nacional de emergência (112) e envolvem a intervenção do INEM no diagnóstico, eventual tratamento pré-hospitalar e adequado encaminhamento para os hospitais com unidades especializadas no tratamento do enfarte e do AVC.



“Seja mais rápido que um enfarte. Seja mais rápido que um AVC” é o “slogan” desta campanha de sensibilização, que visa capacitar o cidadão para o reconhecimento dos sinais e sintomas do enfarte e do AVC e para ligar de imediato 112 perante o início da sua ocorrência.

Na sua recente deslocação ao Alentejo, o ministro da Saúde, Correia de Campos, lembrou que as doenças cardiovasculares são um dos problemas de saúde pública mais importantes a nível nacional e a principal causa de morte em Portugal.

“O AVC e a doença coronária (DC) são responsáveis por cerca de 40 por cento das mortes ocorridas em 2005, contando-se também entre as principais causas de morbilidade, invalidez e anos potenciais de vida perdidos na população portuguesa”, referiu, acrescentando que cerca de 70 por cento das mortes por AVC e aproximadamente 80 por cento das mortes por enfarte agudo de miocárdio ocorrem fora ou antes da

chegada ao hospital, “sobretudo porque os doentes desvalorizam os sinais e tardiamente solicitam ajuda”.

Assim, considerou que estes valores apontam para a necessidade de aumentar a acessibilidade destes doentes ao hospital.

“A abordagem desta doença justifica uma actuação planeada e organizada ao longo de todo o sistema de saúde”, defendeu Correia de Campos, antes de referir que, neste âmbito, a Coordenação Nacional para as Doenças Coronárias definiu já como meta prioritária o desenvolvimento nacional da Via Verde Coronária, esperando-se que ela contribua, “de forma decisiva”, para a diminuição da mortalidade por doença cardíaca isquémica no nosso país.

Assinalando a implementação da nova rede de referência no Alentejo, na sua recente visita a Évora, o ministro da Saúde adiantou que esta rede deverá abranger todo o território nacional a partir do primeiro trimestre do próximo ano.

Despesa pública dos Açores financiada sem recurso ao aumento do endividamento

RIGOR orçamental e equilíbrio das contas públicas, sem prejuízo do crescimento económico, são as linhas mestras das propostas para 2008 do Plano Anual Regional e do Orçamento da região autónoma dos Açores.

Em conferência de Imprensa destinada a apresentar os princípios orientadores dos dois documentos, o presidente do Governo dos Açores, Carlos César, que se fazia acompanhar pelo vice-presidente, Sérgio Ávila, começou por salientar que, pelo sexto ano consecutivo, a despesa pública da região será financiada sem qualquer recurso ao aumento do endividamento. E adiantou ainda que, pelo segundo ano consecutivo, haverá uma redução significativa, superior a 15 milhões de euros, nas responsabilidades dos avales concedidos pela região.

Destacando a evolução favorável

das despesas da Administração Regional, designadamente a diminuição, em 3,6 por cento, da despesa corrente, Carlos César sublinhou que as receitas próprias da região ultrapassam, em 89,9 milhões de euros, o montante das despesas de funcionamento da Administração Regional, o que, disse, “constitui um indicador positivo quanto à nossa sustentabilidade”.

Já o investimento, adiantou, aumentará 16,4 por cento em relação a 2007, seguindo a tendência dos últimos anos, durante os quais se verificou, em simultâneo, uma diminuição das despesas de funcionamento.

Este facto, por ser pouco comum, “ilustra bem o trabalho que entretanto fizemos”, frisou o presidente do Governo Regional.

Referindo os objectivos a alcançar, por sectores, Carlos César destacou os da agricultura, florestas, pescas, turismo, indústria, comércio, exportação e promoção do investimento e da coesão, que representam 34,9 por cento do total do Plano e constituem a principal prioridade do investimento público.

Assim, concluiu o presidente do Governo Regional, “queremos continuar o caminho que estamos a empreender, evitando, na medida do possível e como temos conseguido, os efeitos nos Açores das últimas crises e medidas restritivas nacionais, ajudando, pelo contrário, a criar novas oportunidades, mais empresas e mais empregos em todas as ilhas, melhores empresas com mais produtividade e competitividade, melhores trabalhadores com uma formação mais qualificada, e serviços sociais que garantam os níveis mínimos adequados de acesso a prestações de serviços, protegendo e tranquilizando os açorianos mais vulneráveis e as famílias”.

OPINIÃO



LUIZ VAZ
Deputado do PS

No espaço da União Europeia, Portugal continua a ser exemplo de assimetrias regionais e de desertificação humana do seu interior

DESENVOLVIMENTO, INTERIORIDADE E ORGANIZAÇÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA (2)

A EVOLUÇÃO do conhecimento, do saber, da inovação tecnológica e também da organização económica, social e política da humanidade, corre a uma velocidade tal que o tempo, que Deus dá de graça, parece cada vez menos. Há pois que não perder tempo, há que ser parte activa nos processos evolutivos.

Nas últimas décadas a evolução da organização político-administrativa, evoluiu para situações em que parece querer submeter-se o papel do Estado/Nação ao “poder” de Organizações Supranacionais, como é caso da União Europeia, ao mesmo tempo se valoriza o papel das regiões e até das cidades.

Por um lado, a necessidade de escala e “força” no concerto mundial e, por outro, a necessidade de valorização e competição regional, levam a que muitos defendam a construção da “Europa das Regiões” e não na Europa dos Estados ou das Nações.

A globalização, a transformação dos mercados internacionais, a revolução tecnológica e o desaparecimento das economias fechadas, levaram à reformulação dos conceitos de organização económica e política, e na linha dessa reformulação, a incompatibilidade entre o centralismo e a vontade regional ou local de crescer e competir, tem provocado uma maior reivindicação de descentralização e de autonomia administrativa regional.

A atracção das grandes cidades, aliada à cada vez maior mobilidade do indivíduo, tem conduzido à desertificação humana de espaços territoriais mais débeis, de Estados com uma organização administrativa centralizada.

No espaço da União Europeia, Portugal continua a ser exemplo de assimetrias regionais e de desertificação humana do seu interior.

Já em anterior artigo me referi a esta questão e apontei a falta do poder regional democraticamente sufragado, empreendedor, dinamizador e mobilizador, como razão bastante.

Assim e estando o PS no poder, com maioria absoluta, é lícito perguntar porque não avançou já com o processo de regionalização?

Há várias razões:

1.º - Porque o programa de Governo, maioritariamente sufragado pelos portugueses, assim o previa.

2.º - Porque houve um processo referendário em que o Não à regionalização saiu vencedor.

Até na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde sempre ouvi dizer que “para cá do Marão, mandam os que cá estão”, o Não saiu vencedor.

3.º - Porque o Governo e o PS entenderam ser necessário adaptar a administração a um modelo de regiões mais consensual, sendo claro que o processo será relançado no início da próxima legislatura.

É claro que há sempre quem diga que teria sido possível fazer muito mais, mesmo com actual quadro político-administrativo.

É fácil apontar responsáveis, desde logo o poder central e também, porque não, o poder local, que não raras vezes deixou os seus créditos por mãos alheias e em tantas outras, tentou substituir-se a um poder regional inexistente, desvirtuando a sua verdadeira missão, democraticamente sufragada, de “poder local”.

Não concordo com os que pensam que o poder regional pode ser substituído pelo poder local, através das Associações de Municípios.

O poder alcança-se pela eleição, pela força do voto popular e os autarcas, leia-se os presidentes de Câmara, foram eleitos para gerir os interesses dos seus municípios e é esta a razão que prevalece, nas horas mais difíceis da opção.

Volto a Trás-os-Montes e Alto Douro, para dizer que tem potencialidades que todos conhecem, tem riquezas que outros não têm e tem, estou certo, um futuro de progresso com qualidade.

Mas terá também um futuro de luta no seio da futura Região Norte, pois a macrocefalia do Porto quererá sempre impor-se para potenciar mais altos investimentos no “seu” litoral.

No entanto, ao contrário do que hoje acontece, caberá aos transmontanos um papel atento e activo em todo o processo de gestão regional, de forma a combater tais tendências, criando simultaneamente condições de alta qualidade para acolher os que quotidianamente vivem o sufoco da sobrelocação da grande cidade.

Final, com a auto-estrada transmontana, não tardará que estejamos todos a pouco mais de uma hora de distância.

OPINIÃO

BRAVO NICO
Deputado do PSO que é ser
aluno?

SER ALUNO, EM PORTUGAL, HOJE: UM ESTATUTO REDIGNIFICADO

SER ALUNO, em Portugal, hoje, é uma realidade bem diferente da existente há apenas três anos. Uma realidade que tem evoluído no sentido de aumentar a quantidade e a qualidade do exercício do Direito à Educação, dimensão estruturante de qualquer sociedade democrática, livre e justa.

Ser aluno, em Portugal, hoje, é uma realidade nova para cerca de 337.000 portugueses. De facto, em três anos, o número de alunos a frequentar as escolas públicas portuguesas aumentou extraordinariamente: 300.000 adultos regressaram à Escola, no âmbito do Programa Novas Oportunidades; 30.000 jovens regressaram ao ensino básico e secundário, para aí frequentarem cursos de natureza profissionalizante; no ensino superior, verificou-se um acréscimo de 7000 alunos, só no presente ano lectivo.

Ser aluno, em Portugal, hoje, no 1º ciclo do ensino básico, significa ter, gratuita e universalmente, acesso a 35 horas semanais de actividades educativas, quando, há três anos atrás, as escolas resumiam a sua oferta a apenas 25 horas semanais, estando as restantes 10 horas disponíveis para quem as podia comprar.

Ser aluno, em Portugal, hoje, no 1º ciclo do ensino básico, significa ter disponível, na sua escola, uma refeição quente, uma Biblioteca Escolar, um Centro de Recursos Educativos, colegas suficientes para um trabalho de grupo ou para a prática de um desporto colectivo.

Ser aluno, em Portugal, hoje, é ter a certeza de que todas as aulas são leccionadas.



Ser aluno, em Portugal, hoje, é trabalhar com professores altamente qualificados, colocados nas suas escolas por períodos plurianuais, redignificados no respectivo estatuto, reforçados na sua autoridade e avaliados no seu mérito.

Ser aluno, em Portugal, hoje, é estudar em escolas secundárias em acelerada modernização, dispendo de um leque alargado de ofertas formativas com certificação académica e profissional, em parceria activa com a realidade económica e sensível às circunstâncias dos jovens e das famílias.

Ser aluno, em Portugal, hoje, é ter a certeza de que o país não regateia esforços para proporcionar, a todos os portugueses, o Direito à Educação, em condições de Igualdade de Oportunidades e de Justiça Social.

Ser aluno, em Portugal, hoje, é ter também a certeza de que, ao Direito à Educação corresponde o simétrico Dever da Qualificação. O Dever de assumir, perante si mesmo, perante os outros e perante o país, a Responsabilidade da Qualificação, como o contributo mais fundamental de cada português para o seu desenvolvimento pessoal e para o desenvolvimento do país.

Ser aluno, em Portugal, hoje, é frequentar uma Escola Pública revalorizada, proactiva, exigente, responsável e promotora de Igualdade.

Este é o verdadeiro Estatuto do Aluno, em Portugal, hoje.

Esta é o estatuto do aluno que afronta uma Direita que tudo tem feito para destruir a Escola Pública e que torna evidente o conservadorismo de uma Esquerda do passado incapaz de perceber as coordenadas do mundo em que vivemos.

Estatuto do Aluno reforça autoridade dos professores

As alterações ao Estatuto do Aluno dos ensinos básico e secundário, aprovadas na generalidade pela Assembleia da República, têm como objectivo reforçar a autoridade dos professores e a autonomia das escolas.

J. C. CASTELO BRANCO

SEGUNDO um comunicado do Ministério da Educação, estas alterações, ao mesmo tempo que “simplificam e agilizam procedimentos”, conferem “maior responsabilidade aos pais e aos encarregados de educação”, através do seu envolvimento no acompanhamento do dever de assiduidade por parte dos seus educandos.

Nos últimos quatro anos, salienta o Ministério, a experiência da aplicação do diploma legal que aprovou este Estatuto (Lei 30/2002, de 20 de Dezembro) permitiu verificar que, em muitos aspectos, o papel dos professores não era valorizado, não se tinha em conta a necessidade de uma actuação célere em situações de alteração do clima de trabalho nas escolas, nem havia um contributo eficaz para o desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade de alunos e pais.

“Reforçar a autoridade dos professores e a autonomia das escolas significa transferir maior poder de decisão para os docentes e para os órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino”, refere o comunicado.

Segundo o Ministério da Educação, “o Estatuto do Aluno amplia o leque de medidas correctivas passíveis de ser aplicadas com autonomia de avaliação e decisão por parte dos professores e dos órgãos de gestão da escola, nos termos e nas condições que as próprias escolas definam no seu regulamento interno”.

Assim, passará a ser da responsabilidade dos conselhos executivos das escolas o juízo de valor relativamente à eventual aplicação de medidas disciplinares sancionatórias, sem prejuízo da decisão que se traduz na aplicação da medida de transferência de escola competir às direcções regionais de educação.

O Ministério da Educação salienta que as alterações agora introduzidas são orientadas pelos seguintes princípios: “Reforço da autoridade dos professores e da autonomia das escolas; maior responsabilização e envolvimento dos pais e encarregados de educação no controlo da assiduidade dos seus educandos; simplificação e agilização de procedimentos; e distinção clara e precisa entre medidas correctivas, de cariz dissuasor, preventivo, e pedagógico e medidas disciplinares sancionatórias”.

O reforço da responsabilidade dos pais e dos encarregados de educação “passa pela maior exigência com o controlo, a prevenção e os efeitos da falta de assiduidade dos



alunos”, refere o Ministério.

Nessa conformidade, “aumenta-se a frequência da informação a prestar aos encarregados de educação relativamente às faltas dadas pelos seus educandos, determinando-se “a obrigatoriedade da tomada de medidas correctivas sempre que tais faltas sejam injustificadas, sem prejuízo da eventual aplicação de medida disciplinar sancionatória nas situações em que a violação do dever de assiduidade e frequência assumam contornos de alguma relevância e gravidade”.

E institui-se igualmente a realização de uma prova de recuperação por parte do aluno que atingir um determinado número de faltas, independentemente das mesmas serem justificadas ou injustificadas.

As medidas correctivas, que assumem uma natureza eminentemente cautelar, devem ser entendidas como integrando o processo de ensino-aprendizagem, prosseguindo finalidades pedagógicas e de integração, não tendo, portanto, um carácter punitivo.

De entre estas medidas, que devem ser parte integrante do exercício da autoridade pedagógica presente nas actividades educativas, destacam-se “a obrigatoriedade, por parte do aluno, do cumprimento de tarefas ou de actividades de integração, a ordem de saída da sala de aula, o condicionamento no acesso a espaços e equipamentos, a mudança de turma” e outras que, eventualmente, possam vir a ser consagradas no regulamento interno das escolas.

Segundo o comunicado do Ministério da Educação, as medidas disciplinares sancionatórias, que podem ser aplicadas, cumulativamente, com alguma ou algumas das correctivas, “têm em vista, para além dos aspectos educativos e pedagógicos, a punição e o cerceamento de eventuais comportamentos, no espaço escolar, que assumam contornos de maior gravidade”.

No entanto, de acordo com o Estatuto do Aluno, deve ter-se em consideração, no momento da sua aplicação e tendo em vista a medida e graduação das mesmas, “a idade do aluno, o grau de culpa, o seu aproveitamento escolar anterior, o meio familiar e social em que o mesmo se

insere e os seus antecedentes disciplinares”. Tais medidas poderão configurar a repreensão registada, a suspensão da escola até dez dias úteis e a transferência de escola.

O comunicado do Ministério da Educação refere ainda que ao nível dos procedimentos tendentes à aplicação das medidas correctivas e disciplinares sancionatórias, “simplificaram-se e agilizaram-se as formalidades que os integram”, assegurando-se, contudo, “a necessária informação aos pais e encarregados de educação e a salvaguarda do direito de defesa dos alunos”.

No essencial, lê-se ainda no comunicado, “tal simplificação e agilização”, traduzida na eliminação da intervenção de determinadas estruturas educativas antes da tomada de algumas decisões, na redução dos prazos de instrução dos procedimentos e na supressão de certas formalidades, teve como objectivo “uma maior eficiência, eficácia e oportunidade na exequibilidade das decisões que venham a ser proferidas, sem se descuidar, contudo, a necessária clareza, precisão, rigor e fundamentação que sempre deverão nortear tais decisões”.

Declarar o voto

Aquando da votação da proposta de lei que altera o Estatuto do Aluno na Assembleia da República, o PS, através da sua deputada Manuela de Melo, produziu uma declaração de voto referindo que este diploma “é mais um passo para a solução dos problemas de indisciplina, abandono e insucesso escolares que existem nas escolas”.

Declaração de voto

Apesar da “atitude construtiva do PS desde o início da discussão da proposta de lei”, referiu Manuela de Melo, “a oposição quis centrar o debate em aspectos pontuais, tentando esquecer as importantes melhorias introduzidas no Estatuto do Aluno” e ainda “quer fazer esquecer que saudou as propostas de alteração essenciais, para poder justificar o seu voto final”.

A deputada socialista acusou ainda a oposição de alinhar “na mais fácil e irracional de todas as estatísticas: a do abandono e insucesso escolares por desistência da escola pública face aos problemas de absentismo e indisciplina, primeiro passo para a marginalização e marginalidade de muitas crianças e jovens”.

Para o Grupo Parlamentar do PS, o novo Estatuto do Aluno “vai no caminho certo, no caminho da prossecução de uma escola pública exigente e de qualidade”.

TESTEMUNHO



ANTÓNIO VITORINO

ARMANDO RAFAEL

HÁ MOMENTOS e ocasiões em que as palavras não saem, como que se recusam a aceitar ter que abordar um tema de tal modo ele nos aparece inexplicável e absurdo.

Invocar a memória de um querido amigo desaparecido tão brutalmente é um desses momentos.

O Armando era um homem luminoso que tocava de forma directa e humana todos quantos com ele privaram, fosse na Faculdade de Direito, onde o conheci, fosse no seu mundo profissional do jornalismo, fosse nas incursões que fez pela política.

Era insaciável na procura de compreender as coisas e as pessoas. Orgulhava-se das suas raízes moçambicanas e uma das mais gratas recordações do nosso convívio diz respeito exactamente a uma visita que fizemos aquele país quando exerci o cargo



de ministro da Defesa, que ele olhava com muito carinho e um sentimento de pertença muito intenso. África era para ele um fascínio e um sortilégio inigualável.

Nestas ocasiões funestas, quando a morte nos arrebatava do convívio pessoal,

da troca quase diária de sms, dos alertas para ver este ou aquele programa de televisão, de consultar um ou outro blogue, de ler este ou aquele artigo da imprensa internacional, não é só o enorme vazio que nos rodeia que nos abate. É também a sensação de que ficamos mais pobres, de que um pouco de nós também partiu.

É neste momento difícil que nos fica ainda mais viva a memória das intermináveis conversas, do seu sorriso franco, do seu humor subtil e eficaz, da sua e da nossa grande amizade. Uma memória que fica connosco para sempre viva!

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

NOVA VAGA

A EVOLUÇÃO da humanidade tem sido uma sucessão de ciclos mais ou menos longos, conforme o espectro de variáveis consideradas na definição das descontinuidades e na construção da espiral de síntese.

Da complexidade dinâmica dos processos de mudança emergem no entanto algumas regularidades que têm sido exploradas até à exaustão em múltiplos trabalhos de investigação histórica ou prospectiva. Uma das regularidades mais evidentes é a sucessão de vagas de centralização / descentralização associadas às tecnologias dominantes em cada momento histórico.

Assumindo o arrojo da generalização, podemos concluir que a humanidade, quanto se sente no limiar dum novo modelo de organização resultante da combinação dos valores com as tecnologias emergentes, semeia a boa nova até que ela se consolide e depois inicia um processo de progressiva centralização e controlo, construindo novas hierarquias e novas relações de poder.

Há múltiplos sinais de que nos aproximamos dum momento de descontinuidade no perfil da relação informação/energia em que se sustenta a sociedade em que vivemos. Ao mesmo tempo que a sociedade da informação se vai modelando e acomodando num novo quadro organizacional em rede controlada, os modelos de aprovisionamento energético entram em turbulência e dão sinais de transformação e de disseminação progressiva das fontes e do poder associado.

Portugal assumiu na sua presidência o mandato de propor um Plano Tecnológico para a Energia de âmbito europeu, ao mesmo tempo que no plano interno vai dando passos decisivos na migração para um modelo de energético mais eficiente, amigo do ambiente e distribuído. Somos assim, também neste domínio, precursores da nova vaga. É mais um ponto a creditar à capacidade de inovação do PS e do seu Governo e um motivo de orgulho para todos os portugueses.

Portugal assumiu na sua presidência o mandato de propor um Plano Tecnológico para a Energia de âmbito europeu. [...] Somos assim, também neste domínio, precursores da nova vaga

EDITORIAL



JORGE SEGURO SANCHES
Director
jseguro@ps.parlamento.pt

TEMOS RESULTADOS

RECONHECIDAMENTE, entre Abril de 2002 e Março de 2005 foram exigidos muitos sacrifícios aos portugueses. Todos sentimos, porém, que esses sacrifícios tiveram resultados nulos ou até negativos.

Com efeito, a situação da economia e das finanças públicas do país era, no final do primeiro trimestre de 2005, quando o Governo do PS iniciou funções e após três anos de governação de direita, incomparavelmente pior do que aquela que o PSD e o PP tinham encontrado em 2002.

No final de 2004, o défice público era (descontadas as manigâncias orçamentais que o PSD e o PP usaram – as receitas extraordinárias, a titularização de créditos fiscais ou as transferências de fundos de pensões) muito mais grave do que o de 2001.

Em 2005, não fora a intervenção do Governo do PS, o défice público de 2005 teria ido pelo mesmo caminho. A avaliação que a comissão independente, liderada pelo Banco de Portugal (idêntica à realizada em 2002) efectuou, apontava – com o orçamento Santana/Portas para um preocupante défice de 6,3%.

E esse era o cenário económico que o PS encontrou em Março de 2005. O défice público estava sem controlo, a nossa economia que já havia sofrido uma recessão em 2003 estava, de novo, próxima de nova recessão, sem que isso resultasse sequer em serviços públicos de maior qualidade ou em maior apoio às famílias, à terceira idade ou em qualquer programa de qualificação das pessoas.

De 2005 para os dias de hoje o PS propôs e fez:

Reduziu-se o défice público de 6,1 por cento para 3 por cento. O défice reduzido foi alcançado, em especial, com a redução da despesa e do desperdício. E em 2008, e pela primeira vez desde há seis anos, vamos também reduzir a dívida pública, factores decisivos para a competitividade da nossa economia.

A economia portuguesa voltou à rota do crescimento – baseando esse mesmo crescimento no aumento das exportações.

Sabemos que as exportações em 2006 subiram cerca de 8,9% e nos primeiros seis meses de 2007 cresceram 7%; com um aumento da intensidade tecnológica nos produtos que exportamos; ao mesmo tempo que tem aumentado o peso das exportações no próprio PIB.

A reforma da Administração Pública – assente na modernização administrativa e na simplificação de procedimentos – é uma realidade que todos reconhecem como necessária mas que só os governos do PS foram capazes de executar e mesmo de continuar: as Lojas do Cidadão, a empresa na hora, o cartão do cidadão, o próprio Simplex são exemplos da capacidade de gestão racional dos meios públicos com o objectivo de melhorar a vida dos cidadãos.

No apoio aos idosos, ao fim do segundo ano de aplicação, do Complemento Solidário para Idosos este programa abrange já 52.500 idosos maiores de 70 anos, sendo que o próximo ano será o da plena implantação do Complemento Solidário para Idosos o que significa que no próximo ano nenhum idoso, com mais de 65 anos, viverá com rendimento abaixo do que é considerado o limiar de pobreza.

No apoio às famílias, o Serviço Nacional de Saúde vai integrar, no próximo ano e pela primeira vez um programa de Saúde Oral para as crianças dos seis aos 12 anos, para 65 mil grávidas, sendo ainda aumentados os apoios aos idosos beneficiários do Complemento Solidário na aplicação de próteses.

Também a partir do próximo ano, e tendo em conta a decisão técnica, Portugal incluirá no Plano Nacional de Vacinação, a vacina contra o cancro do colo do útero, assegurando que o acesso não depende das condições económicas das respectivas famílias.

Temos resultados. Temos a noção de que o caminho que já percorremos foi difícil – com sacrifícios e que ainda não está concluído. Sabemos, contudo, que os sacrifícios pedidos não o estão a ser em vão. Os portugueses sabem que todas as medidas do Governo do PS têm uma razão de ser e obedecem a um objectivo: resultados!

“Os portugueses sabem que todas as medidas do Governo do PS têm uma razão de ser e obedecem a um objectivo: resultados”

Évora debate acção social e saúde para o Alentejo

NA ÚLTIMA sessão pública do Gabinete de Estudos da Federação de Évora do Partido Socialista, José Oliveira, director do Centro Distrital de Segurança Social e Rosa Matos, presidente da ARS Alentejo, fizeram um balanço das políticas de âmbito local das áreas da acção social e da saúde.



O Hospital de Évora teve nota muito positiva ao ser o primeiro a criar uma unidade de convalescença. O debate foi animado pela expectativa da construção do novo hospital central, um compromisso político do Partido Socialista e sinal de uma clara aposta no desenvolvimento da região. Entre as questões suscitadas, foi atribuída particular atenção ao papel da Rede Social e do Programa de Intervenção Precoce no apoio às crianças com deficiência e atraso de desenvolvimento, como factores estruturantes de coesão social no Alentejo.

Numa sessão em que se reuniram cerca de uma centena de pessoas

para debaterem as políticas de acção social e saúde para o distrito de Évora e para o Alentejo, ficou a convicção de se estar a apostar na densificação das respostas nestas áreas. O envelhecimento e a baixa taxa de natalidade foram apresentados como problemas que no Alentejo exigem uma atenção muito particular.

Na apresentação das conclusões, a deputada socialista Paula Nobre de Deus referiu-se à Rede de Cuidados Continuados como uma das expressões mais evidentes da constituição de uma rede de protecção eficaz, ao traçar precisamente uma bissectriz entre a acção social e a saúde.

OCORRÊNCIAS E ÁREA ARDIDA

VARIACÃO

	Número Ocorrências	Área Ardida (Ha)		
		Floresta	Mató	Total
Ano 2007	11.198	7.763	9.591	17.354
Ano 2006	19.731	36.316	39.155	75.471
Variacão para 2006	-43 %	-79 %	-75 %	-77 %
Média últimos 5 anos	25.537	131.375	87.064	218.439
Variacão para a média últimos 5 anos	-56 %	-94 %	-89 %	-92 %

OPERAÇÃO MEIOS AÉREOS

	2006		2007	
	Número Missões	Número Horas Voo	Número Missões	Número Horas Voo
Helis Ataque Inicial	3.208	2.134	3.918	2.014
Aviões Ataque Inicial	1.608	883	1.532	545
MEIOS ATAQUE INICIAL	4.816	3.017	5.450	2.559
			+14 %	-15 %
AVIÕES ATAQUE AMPLIADO	118	386	151	310
			+27 %	-20 %

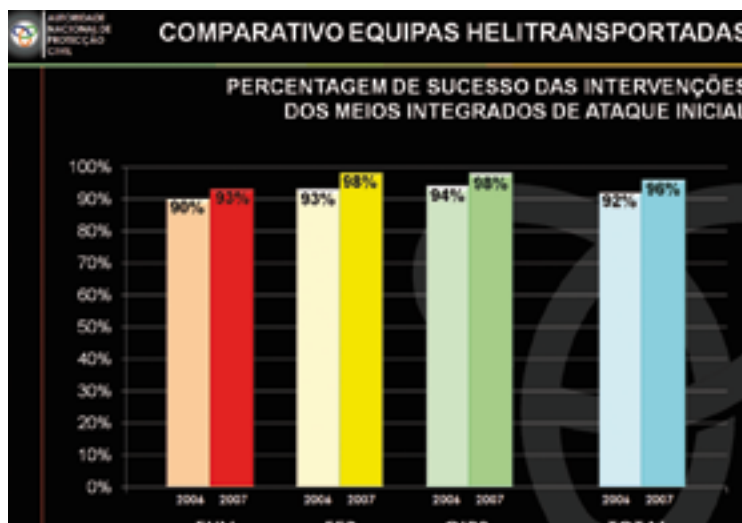
Mais e melhores meios – menos fogos florestais

Este ano, até 15 de Outubro, a área ardida no país foi de 17.354 ha, contra 75.471 ha em 2006. São números reveladores do êxito da estratégia delineada pelo Governo no que respeita ao combate aos fogos florestais: mais e melhores meios levam a uma diminuição do número de fogos e da área ardida.

ÁREAS PROTEGIDAS

OCORRÊNCIAS E ÁREAS ARDIDAS - VARIACÃO

	Número Ocorrências	Área Ardida (Ha)
		Total
Ano 2007	326	1.813
Ano 2006	537	12.554
Variacão para 2006	-40 %	-84 %
Média últimos 5 anos	618	15.831
Variacão para a média últimos 5 anos	-48 %	-89 %



QUANTO às ocorrências, este ano registaram-se 11.198, enquanto em 2006 foram 19.731.

No que respeita às áreas protegidas, a área ardida foi este ano de 1813 há, enquanto no ano anterior se situou nos 12.554 ha. Já as ocorrências foram 326 em 2007 e 537 em 2006.

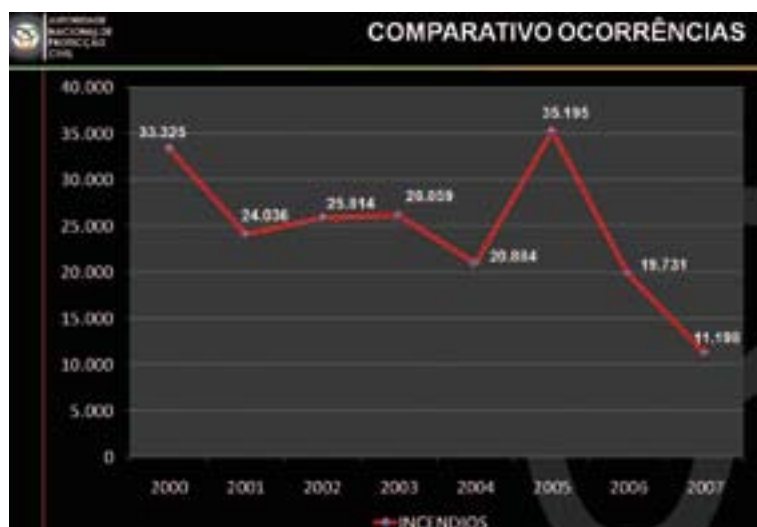
Mas para que a estratégia do Governo tenha sido um êxito, muito contribuiu a aposta em mais e melhores meios postos à disposição no combate aos incêndios florestais.

Relativamente aos meios aéreos, houve 3918 missões este ano, contra 3208 em 2006. Porque o número de ocorrências diminuiu, também o número de horas de voo baixou ligeiramente, de 2014 em 2007 para 2134 no ano anterior. De destacar ainda que os meios de ataque inicial foram de 5450 este ano, enquanto em 2006 se ficaram nos 4186.

Já a percentagem de sucesso das intervenções dos meios integrados de ataque inicial foi de 96 por cento este ano, contra 92 por cento no ano anterior.

Os tempos médios de resposta dos meios terrestres também registaram melhorias significativas, sendo de salientar que a duração total da ocorrência foi de 125 minutos este ano, enquanto no ano anterior se situou nos 179 minutos. Para este avanço muito contribuiu os ganhos de tempo obtidos desde o despacho de meios até à chegada ao teatro das operações.

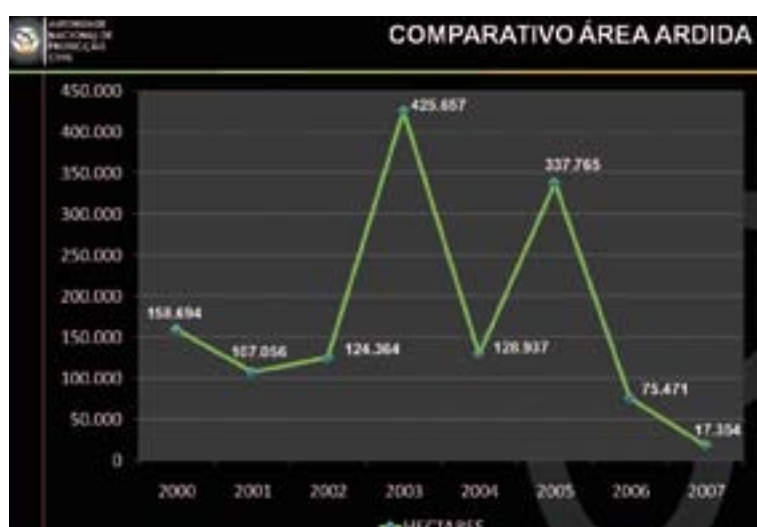
Os progressos alcançados mostram que o país está no rumo certo na defesa da floresta contra incêndios, que permanece um problema complexo. Mas, como sublinha o Governo, "Portugal sem fogos continuará a depender de todos". J.C.C.B.



MEIOS TERRESTRES

TEMPOS MÉDIOS DA RESPOSTA

ANO	DESPACHO MEIOS	CHEGADA AO TEATRO OPERAÇÕES	DURAÇÃO ATÉ OCORRÊNCIA DOMINADA	DURAÇÃO TOTAL OCORRÊNCIA
2006	2.10 min	10.20 min	61 min	179 min
2007	0.52 min	9.51 min	37 min	125 min



DADOS ESTADÍSTICOS

DADOS PROVISÓRIOS DE 2007 ATÉ 15 OUTUBRO

Nº OCORRÊNCIAS	ÁREA ARDIDA (Ha)		
	POVOAMENTO	INCULTOS	TOTAL
11.198	7.763	9.591	17.354